



UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ
MESTRADO PSICOLOGIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA

ANDRÉIA APARECIDA DA MATA

PRÁTICAS DISCURSIVAS DE EDUCADORES SOCIAIS JUNTO A
ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL E/OU EM
CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

CURITIBA

2016

UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ
MESTRADO PSICOLOGIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA

ANDRÉIA APARECIDA DA MATA

PRÁTICAS DISCURSIVAS DE EDUCADORES SOCIAIS JUNTO A
ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL E/OU EM
CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Tuiuti do Paraná, como requisito necessário para a obtenção do título de mestre em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia Social Comunitária

Orientadora: Profa. Dra. Ana Claudia Wanderbroocke

CURITIBA

2016

Dados Internacionais de Catalogação na fonte
Biblioteca "Sydney Antonio Rangel Santos"
Universidade Tuiuti do Paraná

M425 Mata, Andréia Aparecida da.

Práticas discursivas de educadores sociais junto a adolescentes em situação de vulnerabilidade social e/ou em cumprimento de medidas socioeducativas/ Andréia Aparecida da Mata; orientadora Prof^a dr^a Ana Claudia Wanderbroocke. 89f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Tuiuti do Paraná
Curitiba, 2016

1. Educador social. 2. Adolescente em situação de vulnerabilidade social. 3. Medida socioeducativa.
I. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia/ Mestrado em Psicologia. II. Título.

CDD – 362.58

Dedicatória

Dedico este trabalho aos que contribuíram direta e indiretamente para a sua concretização.
Aos meus pais pelos ensinamentos, ao meu marido e meus filhos pelo apoio e compreensão durante todo o processo.

Agradecimentos

Agradeço pela oportunidade da compreensão do mundo pela ótica da Psicologia Social Comunitária, o que me possibilitou ser uma pessoa mais crítica frente as situações apresentadas. A Deus, pela força e companhia para esta conquista.

A minha orientadora Prof^ª. Dr^ª Ana Claudia Nunes de Souza Wanderbroocke, pelo acompanhamento, orientações e pela lucidez nas argumentações que enriqueceram muito este trabalho e permitiram aprendizagens necessárias.

As professoras Dr^ª. Grazielle Tagliamento e Dr^ª Joyce Kelly Pescarolo, pelas contribuições e indagações que permitiram um aprofundamento do tema e um olhar para além das circunstancias iniciais e pela honrosa participação como banca de qualificação e defesa do trabalho.

A todos os professores e colaboradores que com carinho e gentileza atenderam aos meus anseios.

Aos educadores sociais e aos adolescentes que possibilitaram a pesquisa e a todas as pessoas que acreditam que o seu trabalho possibilitara uma sociedade mais justa e igualitária para todos independentemente de sua cor, crença, etnia ou opções de vida. Que a sociedade e as oportunidades sejam para todos.

A meu marido, e filhos pelo apoio e por terem permanecido ao meu lado, nos momentos tristes e felizes, pelo entendimento das minhas ausências e principalmente por terem entendido os motivos delas.

LISTA DE SIGLAS

CCJ	Comissão de Constituição e Justiça
CEDCA	Conselho Estadual dos Direitos da criança e do adolescente
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da criança e do adolescente
CONANDA	Conselho Nacional dos direitos da criança e do adolescente
ECA	Estatuto da criança e do adolescente
FAS	Fundação de Ação Social
FEBEM	Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor
FUNABEM	Fundação Nacional de Bem Estar do Menor
LA	Liberdade Assistida
MSE	Medida Socioeducativa
ONU	Organização das Nações Unidas
ONUBR	Organização das Nações Unidas Brasil
PNBEM	Política Nacional de Bem Estar do Menor
PSC	Prestação de Serviços a Comunidade
SAM	Serviço de Assistência ao Menor
SDH	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da Republica
SEDS	Secretaria de Estado de Defesa Social
Sinase	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

Resumo

A pesquisa pretendeu compreender as práticas discursivas de educadores sociais junto a adolescentes em situação de vulnerabilidade social e/ou em cumprimento de medidas socioeducativas. Participaram da pesquisa 05 educadores sociais de ambos os sexos que atuam com adolescentes em uma instituição localizada na região metropolitana de Curitiba que participaram de entrevista semiestruturada. Para a análise dos dados foi utilizado a perspectiva das práticas discursivas do Construcionismo Social, que se alinha a Psicologia Social Comunitária. Os resultados mostram que o educador social entrevistado encontra na estabilidade proporcionada por um emprego público, o interesse em atuar como professor, ter identificação no trabalho com adolescentes e ter familiaridade com o tema, os principais motivos para a escolha profissional. Os significados da adolescência e o adolescente denotaram uma visão estereotipada, mas o contato com os jovens proporcionou a revisão nesta postura. O educador não tem clareza do seu papel, gosta do trabalho o qual é entendido como uma escola, flexível, tem pouco ou nenhum conhecimento sobre o Sinase e as Medidas socioeducativas. O ECA se destaca na fala, porem traz incongruência em relação a legislação e ao papel desse educador. Os dados reforçam a importância da figura do educador como alguém capaz de mediar o atendimento do adolescente, entretanto com um conhecimento da práxis. A partir dos dados pode-se traçar um direcionamento para um treinamento do educador, levando em consideração especialmente a educação informal e não formal. Contudo sugerem-se novas pesquisas para entender qual a importância do educador para outros profissionais e a necessidade de espaços de discussão entre os educadores para que estes aspectos possam ser discutidos e alinhados à perspectiva da socioeducação.

Palavra-chave: educador social, adolescente em situação de vulnerabilidade social, medida socioeducativa.

Summary

The research sought to understand the discursive practices of social educators with adolescents in situation vulnerable and / or fulfillment of educational measures. The participants were 05 educators of both sexes who work with adolescents in an institution located in the metropolitan region of Curitiba who participated in semi-structured interview. For data analysis was used the perspective of discursive practices of social constructionism, which aligns the Community Social Psychology. The results show that the social educator interviewed is the stability provided by a public employment, interest in acting as a teacher, have identification in working with adolescents and be familiar with the subject, the main reasons for the professional choice. The meanings of adolescence and adolescent denote a stereotypical view, but the contact with young people provided the review in this posture. The teacher does not have clarity of its role, like the work which is understood as a school, flexible, has little or no knowledge about the Sinase and socioeducativas measures. ECA stands in speech, however it brings inconsistency in relation to legislation and the role of the educator. The data reinforce the importance of the figure of the teacher as someone who can mediate adolescent care, though with a knowledge of praxis. From the data we can map out a direction for teacher training, taking

into account especially the informal and non-formal education. However new research are suggested to understand how important the educator to other professionals and the need for discussion spaces among educators so that these issues can be discussed and aligned with the perspective of socio-educational.

Keyword: social educator, adolescents in situation of social vulnerability, socio-educative measure.

Sumário

1 Introdução	9
2 Objetivos	15
2.1 Objetivo Geral.....	15
2.2 Objetivos Específicos	15
3 Revisão Da Literatura	16
3.1 Histórico Da Legislação Referente Ao Atendimento Das Crianças E Dos Adolescentes No Brasil	16
3.2 Adolescência Enquanto Processo Multidimensional	22
3.3 Contextos De Vulnerabilidade E O Adolescente Em Cumprimento De Medidas Socioeducativas	27
3.4 O Educador Social	35
4 Método	40
4.1 Fundamento Teórico-Methodológico: O Construcionismo Social.....	40
4.2 Delineamento Do Estudo.....	41
4.3 Local.....	41
4.4 Participantes.....	42
4.5 Instrumento.....	43
4.6 Procedimentos.....	44
4.7 Análise Dos Dados.....	44
5 Resultados E Discussão	45
5.1 Motivos Associados À Busca Da Profissão	45
5.2 Significados De Adolescência Que Sustentam A Relação Dos Educadores Sociais Com O Público Atendido	53

5.3 Práticas Discursivas de Educadores Sociais Com Os Adolescentes Em Situação De Vulnerabilidade Social E/Ou Em Cumprimento De Medidas Socioeducativas.....	59
5.4 Conhecimento Da Legislação Que Dá Sustentação Ao Trabalho Do Educador Social	711
6 Considerações Finais.....	75
Referências	79
Anexo A – Aprovação pelo Comitê de Ética	85
Anexo B – Carta Para Solicitar Permissão Para Realização De Pesquisa	86
Anexo C – Termo De Consentimento Livre E Esclarecido	88
Anexo D - Roteiro de Entrevista.....	89

1 Introdução

A figura do educador social está ganhando destaque na atualidade. Esse profissional pode ser considerado o elo de ligação entre as políticas públicas, a sociedade e o trabalho com adolescentes. Nesse sentido, ele pode ser compreendido como um profissional que vai permear os espaços entre a equipe técnica e os adolescentes que cumprem medida socioeducativa e/ou que estão em situação de vulnerabilidade social.

A presente pesquisa visa compreender as práticas discursivas de educadores sociais junto a adolescentes em situação de vulnerabilidade social e/ou em cumprimento de medidas socioeducativas.

No Brasil, as medidas socioeducativas cabíveis frente aos atos infracionais cometidos por adolescentes foram regulamentadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei nº 8.069, de 1990), um dos frutos da Constituição de 1988. O ECA propõe a adoção das seguintes medidas para adolescentes que descumpriram a lei: a) advertência: admoestação verbal, reduzida a termo e assinada; b) obrigação de reparar o dano, ou seja, a autoridade poderá determinar que o adolescente promova o ressarcimento do dano, ou por outra forma compense o prejuízo da vítima; c) prestação de serviços à comunidade: consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses; d) liberdade assistida: realizada por um orientador a fim de acompanhar e auxiliar o adolescente e sua família psicossocialmente, fornecendo-lhes orientação e inserindo-os, se necessário, em programas oficiais ou comunitários de auxílio e assistência social; e) regime de semiliberdade, o que pode ser determinado como medida única ou como forma de transição ao meio aberto (transição entre o retorno do adolescente para o regime de internação e a sua volta para a sociedade); e ainda f) internação em

estabelecimento educacional: medida privativa de liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar da pessoa em desenvolvimento.

Em 2006, o Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) aprovou a Resolução nº 119, que deu início ao Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). Essa resolução visa corresponder às medidas propostas por órgãos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Convenção Internacional sobre Direitos das Crianças e Adolescentes, e nacionais, como a Constituição Federal de 1988 e o ECA (1990).

Nesse mesmo ano de 2006, foi encaminhado ao Congresso Nacional outro documento detalhando o ECA no que diz respeito especificamente ao adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas, o qual foi aprovado e sancionado 6 anos depois, em 18 de janeiro de 2012, como Lei Federal, de nº 12.594. Tal lei tem como finalidade normatizar o atendimento na área da socioeducação em todo território nacional. Os dois documentos foram amplamente debatidos e hoje compõem o Sistema Nacional de Socioeducação - Sinase, considerado a normatização para o atendimento socioeducativo no Brasil (Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República [SDH/PR], 2013). O Sinase é um documento que visa delinear o sistema de promoção de ações efetivas no atendimento ao adolescente considerado infrator, sejam aquelas em meio aberto ou as restritivas de liberdade (Veronese & Lima, 2009).

Sendo assim, a partir desses marcos legais, a atenção aos adolescentes ganhou um caráter de um sistema nacional, o qual pode ser visto como uma política pública articulada e com suas peculiaridades e especificidades. Para que o processo de socioeducação tenha um caráter educativo, a SDH/PR (órgão gestor nacional do Sinase) convocou para participação ativa no Sinase as instituições do sistema de justiça que atuam de forma direta ou indireta como sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente. Buscou-se

salientar que essa articulação é necessária para que se interrompa o ciclo de ato infracional cometido pelo adolescente e se promova o acesso aos direitos fundamentais. A implantação do Sinase proporcionou maior clareza para o ECA, inclusive no que diz respeito às diretrizes para o atendimento do adolescente e como devem ser conduzidas as medidas impostas a ele. No Sinase (Lei nº 12.594/2012) estão descritos, no art. 11, os requisitos obrigatórios para a inscrição de programas de atendimentos socioeducativos e define que o programa de acolhimento do adolescente (para o cumprimento da medida) deve ter no seu regimento interno, no mínimo, o detalhamento das atribuições e responsabilidades dos membros da equipe técnica e dos demais educadores (inciso III). Consta ainda no art. 12 que “a composição da equipe técnica do programa de atendimento deve ser interdisciplinar e ter no mínimo, profissionais das áreas de saúde, educação e assistência social, de acordo com as normas de referência”.

Por outro lado, no que diz respeito diretamente ao educador social, o Sinase, ao não descrever o número de componentes nas equipes, suas funções individuais e qualificação necessária para exercer o trabalho, pode estar contribuindo para a ocorrência de disfunções dentro do programa. Considera-se que o documento também deixa uma lacuna no que diz respeito à capacitação continuada da equipe que atende o adolescente, assim como à dos educadores sociais, de forma que garanta a formação articulada dos profissionais com as práticas sociais propostas e resultados almejados pelo sistema.

Atualmente, existe um número crescente de atendimentos a adolescentes infratores pelos programas de medidas socioeducativas no Brasil. Portanto, ter educadores sociais qualificados e que exerçam práticas articuladas aos princípios e diretrizes da proposta de socioeducação é de suma importância para o futuro desses jovens.

A SDH/PR (2013) aponta que, nos últimos anos, com base em estudos e experiências, o Sinase não incorporou todos os avanços consolidados na legislação

vigente. Indica que a população de adolescentes soma o equivalente a 20 milhões, sendo que 1 adolescente para cada 1.000 cumpre medida socioeducativa. No ano de 2011, os dados do Levantamento Anual de Coordenação Geral do Sinase (SDH/PR, 2014) trazem que o número de adolescentes em privação de liberdade aumentou de 4,5% (em 2010) para 10,6% (em 2011) e também que ocorreu um aumento no ato infracional referente ao uso de drogas, de 7,5% (em 2010) para 26,6% (em 2011). Os dados apontam também que a maior parte dos atos infracionais cometidos pelos adolescentes estão relacionados à vulnerabilidade social a que estão expostos.

O interesse pelo tema da presente pesquisa surgiu da minha prática frente ao trabalho com grupos de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto (pós-internação) enquanto psicóloga e, posteriormente, como coordenadora de um programa de medidas socioeducativas na região metropolitana de Curitiba, no estado do Paraná. O atendimento era direcionado aos adolescentes que estavam em cumprimento de medidas socioeducativas, encaminhados pela Vara da Infância e Juventude, denominadas Liberdade Assistida (LA). Nessa situação, os adolescentes participavam dos atendimentos individuais e de um grupo mensal com seus pais ou responsáveis, além de receberem os encaminhamentos necessários (escola, documentação, Programa Adolescente Aprendiz). Também participavam da Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) quando eram encaminhados para alguma instituição sem fins lucrativos para a realização de atividades pedagógicas. O local de PSC era decidido em conjunto com a equipe do programa de atendimento e com os adolescentes, considerando-se importante saber qual habilidade os adolescentes apresentavam e o que eles gostavam de fazer entre as opções disponíveis no momento, referentes à tarefa que eles iriam desempenhar. A PSC pode ser entendida como um elo entre o adolescente e as políticas públicas que o rodeiam e que, na maioria das vezes, nunca teve acesso. Não era surpresa quando o adolescente, ao término

do período da PSC dentro da instituição, relatava a intenção de continuar realizando o trabalho, por sentir-se importante dentro do sistema. Cada adolescente era tratado com base em suas peculiaridades e singularidades dentro do seu processo.

O trabalho ocorreu entre 2010 e 2013 e durante esse período muitos foram os questionamentos e indagações sobre as práticas realizadas com os adolescentes. Dessa forma e levando em conta que todos os atores que compõem a equipe têm papel importante no processo, resolvi investigar a relação do educador social nessa temática. Percebi que tal profissional pode fazer florescer no adolescente um senso crítico e consciência da sua pertinência social, levando em consideração que esse profissional está em constante interação com os adolescentes que atende, sendo, às vezes, o profissional que tem maior acesso a eles durante o cumprimento das medidas socioeducativas, sendo que seu olhar ao adolescente pode influenciar no modo que este entende e se integra no processo. Desta prática deriva o interesse de conhecer melhor a relação entre os educadores sociais e as medidas socioeducativas.

Alguns pesquisadores vêm buscando desenvolver o campo de conhecimento acerca do papel desempenhado pelos educadores sociais junto aos adolescentes em condição de vulnerabilidade. Garrido (2012) traz para o debate o papel do educador social em suas diferentes áreas de atuação, principalmente no que diz respeito à legislação dessa “profissão”. Canastra e Malheiro (2009) colaboram com essa ideia por fazerem referência ao educador social como uma nova figura profissional, ao repensarem a relação entre a escola, família e comunidade e a importância de equacionar um projeto educativo também desse profissional em conjunto com a sociedade. Silva (2009) realizou uma síntese das características da identidade que o educador social (em nível universitário) vem construindo na sua prática cotidiana. Enquanto que Costa e Alapanian (2013) apontam algumas reflexões sobre os dados gerais dos educadores sociais e apresentam as

peculiaridades no trabalho desse profissional e as contradições no trabalho com adolescentes em privação de liberdade.

Com a presente pesquisa, pretendo ampliar essa discussão buscando compreender as práticas discursivas de educadores sociais junto a adolescentes em situação de vulnerabilidade social e/ou em cumprimento de medidas socioeducativas.

Além de lançar-me o desafio de compreender melhor como os educadores sociais se percebem inseridos em suas práticas, pretendo fazê-lo a partir da perspectiva da Psicologia Social Comunitária. Essa abordagem tem entre seus princípios, desde o seu movimento de origem na América Latina, a atenção dirigida aos grupos sociais minoritários e/ou mais fragilizados do ponto de vista da garantia de seus direitos sociais, buscando dar voz e contribuindo para o seu fortalecimento. Mesmo que o alcance da atuação do psicólogo social comunitário tenha se modificado desde então, mantém-se o compromisso de pensar as políticas públicas em vigor e os seus desdobramentos para as práticas sociais (Gonçalves, 2010).

Para a análise dos significados das práticas discursivas de educadores sociais, será utilizado a perspectiva construcionista social, que se alinha a Psicologia Social Comunitária no entendimento de que a realidade é construída conjuntamente pelas pessoas inseridas nos distintos contextos sociais por intermédio da linguagem. Desta forma, as narrativas dos educadores sociais serão tomadas como práticas discursivas e analisadas quanto aos significados e direcionamentos que possibilitam (Gergen & Gergen, 2010).

2 Objetivos

2.1 Objetivo Geral

Analisar as práticas discursivas de educadores sociais junto a adolescentes em situação de vulnerabilidade social e/ou em cumprimento de medidas socioeducativas.

2.2 Objetivos Específicos

- Conhecer os motivos relacionados a escolha profissional do educador social.
- Identificar os significados atribuídos ao adolescente atendido no projeto de socioeducação.
- Conhecer as práticas discursivas de educadores sociais junto aos adolescentes.
- Identificar o conhecimento dos educadores sociais quanto a legislação vigente que orienta a prática da socioeducação.

3 Revisão da Literatura

3.1 Histórico da Legislação Referente ao Atendimento das Crianças e dos Adolescentes no Brasil

No Brasil crianças consideradas desamparadas já apareciam como preocupação desde o século XIX, para muitos filantropos, médicos e juristas. Esta preocupação se fundamentava no alto índice de mortalidade infantil, na quantidade de crianças nas ruas, assim como na roda dos expostos. Esta era uma forma de os bebês serem levados para dentro dos hospitais ou Santas Casas de Misericórdia, por meio de um artefato de madeira fixado no muro, que ao girar colocava a criança para o lado de dentro da instituição, tendo como um dos objetivos proteger a identidade da pessoa que levava a criança até o local, que na maioria das vezes eram mães solteiras. Nesse contexto tais profissionais foram os precursores na ideia de que as crianças mereciam melhores condições de vida na infância e favoráveis a novas maneiras de auxílio a essas crianças na sua maioria órfãs ou abandonadas. Dessa forma esses profissionais passam a exigir do Estado uma “moralidade” da população (Silva, 2007).

Cossetin (2012) aponta que as crianças e adolescentes que estavam na condição de infratores, abandonados ou carentes eram vistos como “um entrave ao sucesso no processo de desenvolvimento do país” (p.27) e com a formação dos centros urbanos aumentavam os problemas com tal parcela da população. Por consequência, podemos entender que os profissionais (higienista, educadores e juristas) da época, se preocupavam em dar melhores condições para as crianças pobres e de famílias pobres e ao mesmo tempo “limpar as ruas”, pois não se considerava bom para o progresso do país que elas estivessem nessas condições, portanto algo deveria ser feito. Assim, no Brasil as leis direcionadas para

crianças e adolescentes pobres começaram a surgir em meados dos anos 20, como uma resposta para a sociedade e uma justificativa para a forma de tratamento implantados e implementados para resolver o problema em relação a tal demanda.

Espíndula e Santos (2004) ao realizar uma síntese da trajetória das medidas socioeducativas no Brasil, trazem que, em 1916, foi elaborado o Código Civil, o qual foi o responsável pela regulamentação dos direitos individuais, da propriedade e da família, sem, contudo, especificar a condição dos menores. Colaborando com esse relato Silva (2001) alega que o referido Código se encontra em pleno vigor no que diz respeito as obrigações referente a família, aos pais cabe obrigações no cuidado com os filhos que vai desde o nascimento até completarem a idade de 21 anos. Glitz (2003) aponta que o código civil foi reformulado no ano de 2002, conhecido como lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002, entretanto entrou em vigor em janeiro de 2003, um ano após ser sancionado. Paschoal (2016) comenta que as mudanças referentes ao novo código dizem que o individualismo impregnado do código anterior (1916) perde espaço, quando comparado a importância dada ao bem coletivo. No entanto quando o individualismo da pessoa respeita e se integra ao coletivo, ele é levado em consideração.

O mesmo autor comenta que o direito da pessoa deve ser exercido, porém respeitando os fins éticos e sociais onde tal pessoa encontra-se inserida. Assim o direito de um se estende até o começo do direito do outro. Já Brasil (2015) ao tratar do novo código civil reformulado no ano de 2002, afirmou que para os leigos o novo código não trouxe grandes mudanças, porém a reordenação foi de fundamental importância uma vez que são as leis um dos principais instrumentos da ordem jurídica para sanar os anseios da sociedade brasileira, que devem ser modificadas de acordo com as mudanças sociais. É importante destacar que no artigo 2 do código civil de 2002 a palavra homem é substituída

pela palavra pessoa, o que traz um novo olhar que engloba toda uma parcela da população que sofria discriminação frente ao código civil anterior.

Após o Código Civil de 1916, entra em vigor o decreto nº17.943 A, de 12 de outubro de 1927 o chamado Código de Menores ou Código de Mello Matos, em homenagem ao autor e juiz José Cândido de Albuquerque Mello Mattos, o qual foi responsável por vários projetos que levou a criação do Juizado de Menores no Brasil. Para Espíndula e Santos (2004) esse código trouxe toda uma legislação sobre as crianças, o que até o momento ainda era originária de Portugal (do Império e da República). Seu principal objetivo era legalizar a situação das crianças e dos adolescentes de 0 a 18 anos quando alguma situação em sua vida fosse considerada irregular, como o fato de os pais ou responsáveis serem considerados incapazes de suprir as necessidades dos seus filhos.

Apesar de polêmico o Código de Menores vigorou por mais de 50 anos. As críticas apareciam principalmente por ser um código voltado para as crianças pobres ou abandonadas, o que o remetia a um trabalho voltado somente a uma certa parcela da população. Esse código por ser considerado polêmico, despertou o interesse pelo assunto e gerou muitas discussões sobre o tema da infância e da adolescência (Silva, 2007).

Segundo Cossetin (2012) esse código legaliza a prática de prevenção ligada ao ideário da periculosidade, na medida em que o Estado retira as crianças e adolescentes dos locais considerados inadequados e leva-os para a segregação do internamento. Esse autor destaca o papel dos juristas por relacionar o aparato policial para o tratamento que consideravam adequado aos chamados “delinquentes juvenis”. Dessa forma, foi possível vislumbrar uma espécie de “limpeza” nas cidades, pois a pessoa que era vista em situação irregular não poderia transitar nos mesmos locais da pessoa que era considerada em situação regular, assim, fica evidente um direcionamento para o que é considerado “normal” dentro da sociedade, o que aumenta e alimenta ainda mais a exclusão.

No entanto, já no ano de 1940, com a promulgação do Código Penal Brasileiro, em vigor até o momento, houve a inimputabilidade até os 18 anos do jovem. De tal sorte que o adolescente não é impune aos olhos da lei, como é comum se noticiar pela imprensa, mas sim que responderá de forma diferente a do adulto (Espindula & Santos, 2004).

No ano seguinte e seguindo o mesmo raciocínio, foi instituído igualmente o Serviço de Assistência ao Menor – SAM (decreto-lei nº 3.799, de 05 de novembro de 1941). O SAM era um órgão que tinha ligação com o Ministério da Justiça e atendia tanto os adolescentes autores de atos infracionais quanto os adolescentes abandonados e carentes. Após 10 anos de sua implantação começaram a surgir boatos de maus tratos contra os internos, como violência física, sexual e condições inadequadas de higiene, evidenciando que o órgão não estava desenvolvendo ações de acordo com o inicialmente proposto (Cossetin, 2012), descrito no art. 2º. do Decreto Lei, da seguinte maneira: “recolher os menores em estabelecimentos adequados, afim de ministrar-lhes educação, instrução e tratamento somatopsíquico, até o seu desligamento; estudar as causas do abandono e da delinquência infantil para a orientação dos poderes públicos”.

No ano de 1964, com o Golpe Militar, o SAM foi extinto e com isso surge a Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor – FUNABEM, por intermédio da lei 4.513, de 1º de dezembro de 1964 e a Política Nacional de Bem-Estar do Menor – PNBEM. A FUNABEM ficou incumbida de articular ações para os menores em todo o território nacional e tinha como proposta a articulação entre o governo federal e as instituições e fundações como as Fundações Estaduais de Bem-Estar do Menor – FEBEMs - que eram as responsáveis pelo atendimento dos adolescentes que estavam privados de liberdade, instaladas em cada estado do Brasil. No entanto as FEBEMs e a FUNABEM passam a ordenar o mesmo regime repressor que ocorria no extinto SAM. Espíndula e Santos (2004)

afirmam que tais instituições, ao incorporarem todos os serviços de assistência para a demanda, adquiriram autonomia financeira e administrativa nos atendimentos.

No início da década de 70, por conta dos escassos investimentos destinados às políticas sociais para as fundações supracitadas, os recursos foram direcionados no sentido da repressão a esse público. Além disso, por conta dos direcionamentos políticos da época e das repercussões do mal uso do dinheiro nas instituições, ocorre uma nova tentativa de um reordenamento dos atendimentos (Cossetin, 2012). Sendo assim Garcia (2009) aponta que no ano 1979 ocorre uma reformulação do Código de Menores de 1927, para o de 1979, essa nova lei passa a ser conhecida como lei 6.697, de 10 de outubro de 1979, que não eliminou o caráter tutelar do Estado, nem o direcionamento da criminalização da pobreza por esta demanda. Contudo mesmo com um apontamento repressivo, este código conduz a uma ideia assistencialista, em que as crianças e os adolescentes são entendidos “como um composto de carências psicobiológicas, sociais e culturais” (p.14).

Com base nos avanços frente ao tema da criança e do adolescente, finalmente começam a entrar em discussão de forma mais marcante a insuficiência dos códigos de menores. Portanto na década de 80, organizações não governamentais de defesa das crianças e dos adolescentes, ganham apoio internacional nesse contexto, engajadas no projeto da Convenção dos Direitos da Criança da ONU, discorreram do que foi considerado a introdução dos conteúdos e termos referentes a nova Constituição Federal do Brasil, a qual entrou em vigor no ano de 1988 (Paes, 2013). A mesma autora aponta que foi nessa época que meninos e meninas que estavam nas ruas, foram vistos e entendidos como símbolos do desamparo da infância e adolescência no Brasil.

Nessa época, ocorreu uma nova reordenação jurídica, culminando com a Constituição de 1988, o que trouxe a importância de assuntos como os direitos humanos, a família, a criança e o adolescente. No seu art. 227 foi entendido a necessidade da criação

de uma lei específica. Em vista disso, o ECA surgiu nesse novo cenário, sendo aprovado na data de 13 de julho de 1990. O ECA visa legislar sobre toda criança e adolescente em território nacional, seu olhar volta-se aos seus direitos fundamentais em todo o Brasil (Viegas & Rabelo, 2011). A partir dele, integralmente as determinações dos Códigos de Menores de 1927 e 1979, que normatizavam a inimputabilidade penal em relação ao tratamento fornecido aos adolescentes que cometessem atos infracionais, foram reajustadas com o intuito de compreender esse jovem como alguém que necessita de cuidados e garantias especiais (Espíndula & Santos, 2004). Para Digiácomo (2013) o ECA é considerado por organismos internacionais como um dos maiores avanços no que diz respeito a garantia dos direitos da população infanto-juvenil. Silva (2010) indica que tal estatuto trouxe vários avanços no que diz respeito a legislação da garantia de direitos das crianças e adolescentes, em sua totalidade independente da sua condição social e econômica ou de sua família, o mesmo autor entende que o fato do estatuto substituir o termo usado até então de forma pejorativa “menor”, foi considerado um avanço. Pois no caso o termo menor pode ser entendido como de menor importância, de menos valia.

Nesse novo cenário, o ECA passou a ser o documento norteador da política pública da infância e adolescência, direcionado pela Doutrina de Proteção Integral, que prega os direitos infantojuvenis com respeito à sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. Para tanto, deve ser assegurada a proteção por parte da família, da sociedade e do Estado e uma concepção socioeducativa que integre a responsabilidade pelo ato, o que confere um caráter pedagógico ao programa (Lazzarotto, 2014).

A maioria da população tem uma ideia distorcida em relação ao que trata o ECA, a sociedade não recebeu e nem recebe preparo para a forma que se aplica o estatuto na sua prática cotidiana, esse fato está associado ao mal estar frente a ele e a ideia de que não funciona ou não resolve. Colaborando com essa alegação Moraes e Pescarolo (2008)

relatam ser inconcebível profissionais que lidam e trabalham com adolescentes desconhecerem ou sequer folhear o referido ECA, os autores citam em especial os professores como sendo os casos mais comuns no sistema.

Nesse contexto, Lazzarotto (2014) entende que o Sinase, surge na tentativa de contribuir com o ECA ao somar com o seu modo de ordenação para o cumprimento das medidas socioeducativas, desde a apuração do ato infracional até os seus desdobramentos. Embora no Brasil exista uma legislação direcionada a população jovem, na prática ela não alcança toda a população que necessita de um acompanhamento e na maioria das vezes os programas tem uma estrutura de qualidade ou a equipe completa para o atendimento de toda a demanda.

3.2 Adolescência Enquanto Processo Multidimensional

Uma vez que a pesquisa se volta para compreender práticas discursivas de educadores sociais junto a adolescentes em situação de vulnerabilidade social e/ou em cumprimento de medidas socioeducativas, consideramos relevante apresentar neste momento, a concepção de adolescência adotada neste trabalho.

O construcionismo social, perspectiva adotada nesta pesquisa, parte do pressuposto de que as pessoas estão em constante processo de mudança e desenvolvimento, de acordo com as trocas que estabelecem com outros, em contextos linguísticos específicos e que são influenciados pela cultura, condições materiais e momento histórico (Gergen & Gergen, 2010).

Segundo o ECA (Brasil, 1990) considera-se adolescente a pessoa que tem entre 12 a 18 anos de idade, ou seja, traz uma concepção cronológica do que considera a adolescência. Porém, esta fase precisa ser compreendida a partir de uma multiplicidade de

sentidos, a saber a cultura, a sociedade, a família, o biológico. É a partir de uma concepção multidimensional desta etapa do desenvolvimento que se pode pensar no adolescente em vulnerabilidade social e aquele que comete atos infracionais.

Sendo assim, a noção de pessoa aqui apresentada refere-se a um ser datado, determinado pelas condições históricas e sociais que o rodeiam e imerso em contextos linguísticos particulares. Como afirmam Spink e Pinheiro (2013) as pessoas são consideradas produtos da época (daquele momento presente) no seu cotidiano, com todos os acontecimentos que envolvem sua vida, como as convenções sociais, as estruturas de legitimação e as ordens morais. As pessoas produzem realidades psicológicas e sociais que através de seus discursos produzem sentido ao mundo. Sendo assim, não se pode generalizar as vivências na adolescência.

A Psicologia tem contribuído para uma compreensão abrangente desta fase que representa a passagem para a idade adulta e que é marcada pela confluência de fatores biológicos, psicológicos e sociais e de que esta fase é marcada por conflitos e dificuldades, mesmo quando o adolescente não está inserido em contextos de vulnerabilidade (Bock, Furtado & Teixeira, 2004).

Tais autores trazem que tal etapa do processo de desenvolvimento é marcada por mudanças como: o corpo transforma-se, o funcionamento bioquímico altera-se, a capacidade intelectual realiza-se com maior flexibilidade — a capacidade de operar com abstrações, de pensar sobre o pensamento. O mundo não mais se restringe ao universo familiar e escolar, e os grupos de pertencimento passam a ter outras expectativas de conduta sobre o adolescente, como a autonomia, o saber cuidar de si. Ocorre um domínio progressivo da capacidade de abstrair e generalizar, ele teoriza sobre o mundo, em especial sobre os aspectos que gostaria de modificar. A habilidade de reflexão espontânea torna possível ao adolescente extrair conclusões de suas hipóteses. O exercício da reflexão

permite ao adolescente o entendimento de que ela não serve para contradizer o seu meio única e simplesmente, mas a função desta é adiantar e interpretar a experiência vivida.

Para Bock, Furtado e Teixeira (2004) do panorama das relações sociais, ocorre um afastamento da família, a não aceitação de opiniões dos adultos; porém, o alvo principal dessa mudança é a sociedade, a qual é analisada e entendida como passível de alterações e mudanças, este período é conhecido como anti social. O adolescente enfrenta conflitos no enfoque afetivo, por querer a liberdade, mas entende que depende de outras pessoas. Quer ser aceito pelo seu grupo de amigos e pelos adultos. Os amigos são um importante referencial para o adolescente, influenciando seus hábitos, vestimentas e aspectos relacionados ao seu comportamento. A moral empregada pelo grupo estabelece a sua moral individual. O adolescente é regido por diferentes interesses que mudam durante a fase e começa a ter uma certa estabilidade ao aproximar da idade adulta. O conceito de identidade é importante ao falar sobre a adolescência, ela representa a nossa diferenciação no mundo, é um processo de construção permanente, em ininterrupta transformação, do nascimento até a morte e no processo de mudança, que o que eu sou hoje tem uma ligação fortíssima com quem eu foi ontem, o que consiste na mesma pessoa. Colabora com tal conceito Heinsius (2004) quando aponta que a identidade se relaciona ao processo de tomada de consciência que a pessoa tem de si, entendendo-se como um ser único, com diferenças das outras pessoas. Contudo podem ocorrer nessa fase o que chamamos de crise da identidade, onde o processo ocorre de forma intensa e confusa, o que pode ocasionar angústia e sofrimento para a pessoa. A adolescência é um exemplo disso e pode ocorrer com mais ou menos sofrimento. Embora ela seja marcada por intensa turbulência interna, essa crise pode significar o luto pela perda do corpo infantil e o estranhamento do novo corpo, que vai se consolidando mesmo sem a intenção do adolescente. Às mudanças do corpo correspondem a mudanças na sua subjetividade. Novas influências entram em ação,

o grupo de pares, personagens artísticos, intelectuais, políticos, esportivos, o professor especial, os pais, amigos, mídia, representam grande identificação por parte do adolescente. Para Heinsius (2004, p. 15) entende-se crise a ruptura de uma forma estabelecida de relação. A adolescência é uma crise evolutiva que indica a possibilidade de reajuste, de uma nova adaptação e corresponde a uma passagem, em algumas culturas inclusive, com rituais específicos. Para a mesma autora ser adolescente exige dele um papel social a ser cumprido, assim as etapas a serem concluídas não são estanques e acompanham as mudanças da sociedade e cultura.

Para Bock, Furtado & Teixeira (2004) a identidade pode ser associada ao estigma que seria o equivalente a conotações negativas ou pejorativas que afligem uma pessoa, grupo ou povos, um exemplo são os egressos da prisão ou de hospitais psiquiátricos, homossexuais, profissionais do sexo ou adolescentes em conflito com a lei. O estigma revela que a sociedade tem dificuldades em lidar com o que considera diferente. Tal dificuldade eterniza-se, ao longo das gerações, por educação passada pela família, escola, meios de comunicação de massa, por cada um no seu cotidiano, o que induz à construção de uma carreira moral para o indivíduo estigmatizado. Portanto a identidade vai incorporar a condição ao qual tem relação com um valor social negativo. Esse prisma pode acompanhar o indivíduo por toda a vida, sendo parte importante no processo do seu nascimento (característica física, cor, sexo) ou ser adquirido ao longo da vida (assumir a própria homossexualidade ou ser estigmatizado como adolescente infrator) tal atribuição negativa pode ser internalizada pela pessoa e constituir aspectos da sua autoimagem e autoestima. Portanto, todas as mudanças vivenciadas conduzem a um processo de construção de identidade estreitamente relacionado as condições familiares, ambientais e sociais.

A família exerce um importante papel aos seus membros em especial no período da adolescência. A maneira como os pais ou responsáveis foram criados influencia as mudanças e transformações de ordem social na instituição citada, estudos apontam que a investigação na literatura converge quando relatam que tais fenômenos psicológicos têm relação com as mudanças da contemporaneidade. Os autores entendem como necessidade e dada a preocupação dos pais em educar da melhor forma os filhos, programas que auxiliem-nos na orientação que sirvam de referências para os adolescentes frente a tomadas de decisões e tarefas que tragam conhecimento e crescimentos aos mesmos. O que possibilita uma relação mais equilibrada entre pais e adolescentes, diminuindo suas angústias, enquanto para os adolescentes enxergarem nos pais um suporte emocional singular para recorrerem diante das dificuldades que surgem (Pratta & Santos, 2007).

Nos achados de Morgado, Dias e Paixão (2013) aparece que a estrutura familiar não basta para pontuar os comportamentos sociais das crianças e dos adolescentes. Viver em uma família considerada tradicional não necessariamente é o único fator para uma socialização de qualidade. Os autores apontam que não houve diferença significativa no que diz respeito às famílias consideradas tradicionais e não tradicionais, o que pode ser explicado por não estar na estrutura a resposta positiva da pessoa as questões sociais e sim a relação entre os membros do sistema familiar. O que pode contribuir para o conhecimento sobre o assunto e a maneira de enxergar a criança e ao adolescente por instituições como a escola, creches, grupo de pares, entidades recreativas, entre outros. Contribuindo com uma compreensão ampliada dos papéis dados a família no contexto.

No entanto para Costa (2012) quando fala do contexto sociocultural brasileiro atual que envolve a adolescência, argumenta que ela se localiza em um processo de vulnerabilidade e violência. A autora comenta que o fato de ser adolescente e estar em contexto de vulnerabilidade já propicia o risco de serem vítimas de violência ou autores

das mesmas. Dessa forma a condição de vulnerabilidade proporciona a possibilidade de que a violência faça parte do seu cotidiano. Por outro lado uma vez que a violência atinge outras parcelas da população faz com que se entenda que ela não é única e exclusiva da pobreza. Mas certamente é esse adolescente que acaba cumprindo medidas socioeducativas.

3.3 Contextos de Vulnerabilidade e o Adolescente em Cumprimento de Medidas Socioeducativas

Entende-se que o adolescente que infracionou pode ter sido desrespeitado em, pelo menos, um de seus direitos fundamentais defendidos pelo ECA (Brasil, lei 8.069/90) que são: saúde, educação, cultura, esporte e lazer. Portanto, é necessário fazer uma leitura do que o ato infracional representa e das condições em que o adolescente se encontra no momento do ato, ou seja, de que lugar ele fala. Dessa forma aprimorar os conhecimentos em relação a pessoa, é interessante ter um entendimento sobre qual é o contexto e quais as condições em que vive.

Notadamente a juventude brasileira e conseqüentemente a paranaense tem vivido condições sociais desiguais, diferenças culturais, com alterações na maneira de vive-la como um “tempo de espera e reflexão”. Essas disparidades ocorrem pela diferença nas origens, situação e condições socioeconômicas. É comum verificarmos o preconceito vivenciado pelos jovens que habitam regiões pobres, com condições de moradias precárias e ocupações irregulares, consideradas violentas. As vivencias juvenis são classificadas em relação as diferenças de gênero, preconceitos e discriminações, orientação sexual, etnia, gostos musicais, grupos, torcidas organizadas, religião, política. Tais fatores entrelaçados

marcam indicadores sociais que revelam as desigualdades, que se alimentam da omissão do Estado e a precarização das políticas públicas (CEDCA-PR, 2012).

O CEDCA aponta em relação aos dados escolares, que os jovens têm mais acesso e tempo na escola, porém essa permanência ocorre com um maior número de reprovações, o que criam distorções entre a idade escolar e série. Mais da metade dos jovens de 15 a 17 anos encontram-se em séries correspondentes as idades de 7 a 14 anos.

No que diz respeito ao trabalho, os jovens têm substancialmente menos trabalhos em comparação aos adultos.

As portas do 1º emprego foram fechadas para os jovens brasileiros e em especial aquela maioria de baixa escolaridade oriunda dos estratos populares. Quatro categorias caracterizam o desemprego no período; a) o desemprego de inserção, ao qual existe a procura por um longo tempo pelo 1º emprego; b) o desemprego recorrente, caracterizado pela ocupação temporária; c) o desemprego proveniente da desestruturação produtiva nas empresas e d) o desemprego da exclusão, marcado principalmente pela situação de ausência de emprego por longo tempo e o consequente desestímulo para a procura de colocação no mercado (CEDCA, 2012, p.10).

Tal órgão aponta que a violência existe em todas as áreas, porém ela é mais evidente nas camadas mais empobrecidas. Em uma sociedade que produz desigualdades, a lógica perversa de cultura da violência em camadas pobres é um dos mecanismos que perpetuam esse fenômeno.

Segundo dados trazidos pelo mapa da violência no Brasil (Waiselfisz, 2015), pode-se observar uma crescente seletividade racial (negros ou pardos) e do sexo masculino entre as pessoas assassinadas no Brasil. Vários fatores são apontados para a manutenção dessa seletividade, entre eles está a privatização progressiva do aparelho de segurança, o que já

ocorre com a educação e a saúde e recentemente a previdência social. Dessa maneira, o Estado vai se limitar a oferecer para a população o mínimo necessário para a sua manutenção e as vezes nem o que é considerado básico. Associado a estes fatores, tais órgãos indiretamente controlam a política e sua manutenção no poder, o que gera maior desigualdade entre as distribuições do que se considera básico para o bem estar da população (Waiselfiz, 2015). Assim no Brasil vivemos em uma sociedade que mascara o preconceito e a discriminação, o que naturaliza da forma mais perversa esse ciclo de desigualdades e desequilíbrios.

De acordo com o Mapa da Violência do Brasil (Waiselfiz, 2015), foi divulgado que os adolescentes são as maiores vítimas de morte por armas de fogo, sendo que os negros entre esses jovens são as maiores vítimas, para cada branco assassinado, existem 10 negros assassinados. Esse dado traz a noção do racismo, preconceito e a impunidade como fatores que contribuem para essa realidade. O autor comenta que parece existir um crescente aumento no número de negros assassinados no território brasileiro, o que ele chama de trágica seletividade. Dentre as situações que contribuem para esse quadro percebe-se a ineficiência do Estado ao oferecer o mínimo necessário para os cidadãos, por meio da progressiva privatização do aparelho da segurança pública, sucateamento da saúde e a educação. Outro fator relevante aparece em uma pesquisa do IBGE trazida pelo mesmo autor em que mostra a diferença salarial entre os brancos e os negros, sendo que a família negra, até o ano de 2011, apresentavam renda média de R\$ 1.978,30 enquanto que as brancas, recebiam o equivalente a R\$ 3.465,30, assim, 75,2% a mais. O mesmo autor afirma que:

Em teoria, os setores e áreas mais abastadas, geralmente brancas, têm uma dupla segurança: a pública e a privada, enquanto os menos abastados, que vivem nas

periferias, preferencialmente negros, têm que se contentar com o mínimo de segurança que o Estado oferece (p.102).

O autor ainda comenta que aos fatores citados anteriormente somam-se as estratégias políticas e conseqüentemente eleitoral, que se transformam em disputas pelo voto. Nesse caso nas diferentes regiões do país, as atuações e cobertura da segurança pública ocorrem de forma desigual, de tal sorte escolhem de acordo com a sua visibilidade política, seu choque emocional na opinião pública e, em especial, na mídia, que vai reagir com base nos interesses e de maneira diferente conforme o status das vítimas. Desse modo, os recursos públicos de benefícios somam uma dupla segurança (a pública e a privada) e são canalizados para as classes mais privilegiadas e de maioria branca, em oposição a essa realidade as áreas periféricas que em sua maioria são de negros recebem menos recursos. Dessa forma é necessário salientar que esses dados somados contribuem para a manutenção dessa realidade evidentemente excludente no que diz respeito a violação dos direitos humanos da população.

Segundo Oliveira e Rosa (2010) a violência encontra-se presente no nosso cotidiano em especial nas formas de alienação frente ao outro e atinge quase todas as gerações e camadas sociais, alicerçada nos moldes da globalização e do capitalismo. Segundo Ribeiro (2009) o fenômeno da globalização assim foi chamado por conta da associação de todos os países por intermédio de uma forte integração econômica. O fenômeno da globalização tem trazido resultados catastróficos em relação a aspectos sociais, pois interfere para que os ricos sejam cada vez mais ricos, enquanto que os pobres permaneçam cada vez mais pobres. Da mesma forma a globalização apresenta-se como um elemento dentro desse sistema capitalista que surge com a intenção de resolver tal crise, no entanto é possível observar que os aspectos negativos estão se sobrepondo aos positivos,

esses dados contribuem para que o fenômeno da violência ganhe força. Porém é importante destacar que ela não atinge todos da mesma forma, populações com menor investimento de maneira sistemática são as maiores vítimas da violência, como foi destacado anteriormente.

Para Pescarolo, Fernandez, Araujo e Viana (2008) ao falarem sobre a violência, conceituam ser necessário saber qual o tipo de violência deveríamos combater, se a violência está em todo lugar, ela estaria nos lugares que julgamos estarem longe dela, a saber a religião, a erudição, a cultura, a educação. O fato é que para haver uma sociedade é necessário um certo grau de coerção, que se apresenta como uma forma de violência. Os mesmos autores comentam que não existe uma linha que combata a violência, uma vez que não há um consenso sobre ela e suas várias manifestações. Além disso a fenômeno da violência está atrelado com percepções moldadas por experiências individuais, culturais, históricas e posições sociais.

Oliveira e Rosa (2010) entendem que os jovens estão expostos ao fenômeno da violência que em tal contexto configura uma identidade que os unifica e os expõem a condições históricas conflituosas na sociedade contemporânea, assim o capitalismo e a globalização contribuem para a manutenção das situações conflitantes em relação a tal público. Pois a sociedade de modo geral tem sido dirigida para que veja no adolescente uma figura de temor, principalmente aquele em condições sociais e econômica desiguais. Nesse caso, Moraes e Pescarolo (2009) apontam que o comportamento do jovem pode ser entendido como um espelho que reflete o seu contexto, seus defeitos e virtudes modelam os adultos da sociedade.

Alguns autores, como Trentin (2011), Penso e Costa (2008), Gallo e Williams (2005) e Pacheco e Hultz (2009), enfatizam o papel da família como um dos fatores que contribuem para a ocorrência dos atos infracionais. Cenci, Teixeira e Oliveira (2014) abordam o

fenômeno das lealdades invisíveis presentes nas relações familiares de adolescentes que estavam cumprindo medidas socioeducativas. Tais relações parecem dar respaldo ao ato infracional cometido. Embora a família do adolescente que comete um ato infracional ou que está em situação de risco, está contextualizada nas camadas mais pobres da sociedade, com recursos escassos e que também convivem com riscos eminentes. Esta família fala e responde desse lugar, um lugar de exclusão, onde na maioria das vezes a política pública ou o Estado não consegue ou não tem interesse em alcançar. Sobre isso Moraes e Pescarolo (2009) argumentam que toda sociedade é responsável pelo jovem e nenhuma instituição dentro dessa instituição maior pode ser mais responsabilizada que outra. Os jovens testam as autoridades para verificar sua consistência e até onde podem chegar, dessa forma a capacidade da sociedade vai dizer o tipo de jovem que nela habita. Assim as instituições e figuras apropriadas para ensinar os chamados valores positivos e negativos.

Contudo, é interessante salientar o que Bombardi (2008) expõe, em concordância com o argumento da pesquisa em questão, ao fomentar que a prática infracional do adolescente é um fenômeno complexo e contraditório, em que existem determinações sociais e individuais presentes na complexidade da questão. No entanto, a mídia, a escola e as pessoas em geral alegam (apoiadas em um olhar da ciência) que as infrações cometidas se devem, exclusivamente, às condições familiares e pessoais (interiores do indivíduo). Segundo a autora, o ato infracional pode ter inúmeros significados, sendo perigoso afirmar que a prática infracional de adolescentes é um acontecimento determinado por um único aspecto. Em seu trabalho, objetivou-se discutir as condições que levam em conta o contexto que permeia o adolescente (que vai além do indivíduo) na prática infracional. As ações sociais estão veladas por certas ideologias e certas condições histórico-mundiais. A sociedade capitalista produz um processo de exclusão para diversos grupos de pessoas, incluindo o adolescente e a sua família. Nesse tocante, a mídia tem um importante papel no

processo de impedimento da formação da identidade individual e grupal que é necessária para a autonomia/democracia e questionamento dessa política de exclusão. Spink e Medrado (2013) argumenta que a mídia da visibilidade aos fenômenos sociais proporciona uma reconfiguração entre o público e o privado por ela dar visibilidade a fenômenos sociais e elaborar novas dinâmicas interacionais.

Nesse sentido, Lazzarotto (2014) afirma que a sociedade, ao se aquietar, aumenta a produção de discursos produzidos na dinâmica social, onde os adolescentes em conflito com a lei vão se tornando solitários e ao mesmo tempo gigantes amedrontadores (aos olhos dessa sociedade) com base no discurso produzido pelo enunciado da infração, o que colabora com julgamentos e preconceitos sobre o tema. Costa (2005) aponta que é necessário ampliar a escuta e conceder voz ao adolescente que está cumprindo medida socioeducativa, ao conhecer a trajetória institucional e percepções destes no contexto socioeducativo, o que representaria uma possibilidade de compreender o potencial de promoção de ações destinadas a esse público.

Mesmo com avanços nas pesquisas que trazem como tema as medidas socioeducativas, pesquisas ainda apontam que os jovens associam ao internamento uma função, simultaneamente, educativa e sancionadora, como apontam Manso e Almeida (2009), ao verificarem a ordem jurídica e a medida de internamento em um centro socioeducativo de Portugal.

Assim sendo, com todo o sistema de garantias de direitos da criança e do adolescente, ainda é necessário um olhar sobre esse tema que aparece ainda contraditório e com muitas lacunas a serem completadas. Em uma pesquisa que trata do medo que a população parece ter do jovem, Moraes e Pescarolo (2009) argumentam que esse dado tem relação com a falta de conhecimento da legislação referente ao ECA, destacam que tal instrumento não é de conhecimento da maioria da população, em especial os professores

que acabam não sabendo realmente do que trata o estatuto, esse desconhecimento transforma-se em interpretações das mais variadas possíveis. Para alguns o ECA é entendido como o responsável pelas indisciplinas e delinquência dos jovens. Os mesmos autores comentam que esses dados contribuem para que o jovem seja visto como uma figura ameaçadora. Segundo eles o ECA traz como meta meios para a proteção das crianças e dos adolescentes, assim como traz toda uma legislação que trata das medidas de inimputabilidade dos adolescentes que respondem pelo ato infracional por intermédio da possível aplicação das medidas socioeducativas.

A Constituição Federal estabelece como dever da família, da sociedade e do Estado, o incentivo para garantia dos direitos de criança e adolescentes, em especial dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Para tanto, à necessidade do debate ininterrupto e detalhado com a sociedade civil, por meio das diferentes parcelas organizadas, com o objetivo de fomentar uma sociedade mais justa e tolerante e inclusiva, menos excludente. No que diz respeito aos adolescentes que contemplam tal estigma, pesa o clamor social e midiático por maior punição, o que fere os princípios constitucionais dos direitos garantidos aos adolescentes. É importante que se tenha o conhecimento da trajetória do adolescente até a prática do ato infracional e implantar, por intermédio da interação entre a comunidade, com ações e serviços que visem a construção do projeto da vida do adolescente e de sua família. (FAS, 2014).

A adolescência é uma fase da vida de grande oportunidade para aprendizagem, socialização e desenvolvimento. Atos infracionais cometidos por adolescentes devem ser entendidos como resultado de circunstâncias que podem ser transformadas e de problemas passíveis de superação, para que exista uma inserção social saudável e de reais oportunidades. Os adolescentes precisam ser protegidos de novas violências, a exemplo do

que representaria a convivência com criminosos adultos em prisões superlotadas, além do estigma do encarceramento. (SDH-PR, 2013).

3.4 O Educador Social

O educador social é entendido como aquele profissional que atua em instituições socioeducativas e educacionais e de trabalhos na área de recuperação. Nas casas de abrigo, abuso, mulheres vítimas de violência, instituições sociais e culturais, educação para jovens e adultos, entre outras vertentes. A nomenclatura “educador” abrange outras profissões que podem exercer tal função, como é o caso dos pedagogos, psicólogos e assistentes sociais. Os educadores sociais recebem remuneração pelo trabalho, todavia ainda existem um contingente considerável de voluntários para o exercício da função (Jantke, 2012). Portanto o educador social pode ser entendido como uma figura que integra as equipes que atendem principalmente as populações mais vulneráveis da sociedade.

A produção de conhecimentos em relação aos educadores sociais e de sua realidade não pode ser descrita como linear e estanque (Costa & Alapanian, 2013). O educador social, participante desta pesquisa, faz parte da equipe que atende o adolescente que cumpre medida socioeducativa. Nesse sentido, Canastra e Malheiro (2009) trazem que

a emergência do Educador Social, como uma nova figura profissional, inscreve-se nesta tentativa de equacionar o projecto educativo como um projecto educativo comunitário. Educar, nesta concepção ampla, tende a privilegiar a ideia de interface entre as sinergias que se combinam (retroalimentam) no quadro de uma relação dialógica. (p. 2024).

Ainda com base nos autores citados acima, é necessário clarificar o sentido atribuído a essa figura profissional emergente, pois esse tipo de atividade diz respeito à

forma como o profissional auxilia na reabilitação de determinadas pessoas, para, a partir disso, serem reintegrados à sociedade. Até recentemente, a figura do educador social era entendida como a de um profissional da Educação, por trabalhar com públicos considerados complexos. O educador social, então, surge nessa contextualização como um profissional especializado e que se enquadra no campo dos trabalhos sociais.

Costa e Alapanian (2013) apresentam algumas reflexões sobre dados gerais dos educadores sociais do estado do Paraná. O seu trabalho está inserido também em instituições que atendem adolescentes autores de atos infracionais graves, inclusive em relação à aplicação da medida socioeducativa de internação. É possível verificar que as suas atribuições profissionais podem ser definidas em duas categorias: segurança e educação, o que pode ser resumido por socioeducação. Segundo os mesmos autores, o sistema socioeducativo é considerado complexo e o educador social enquanto trabalhador está inserido nessa realidade.

Baptista (2012) colabora com a ideia ao trazer que os educadores sociais desempenham um papel privilegiado na possibilidade de uma sociedade mais justa e, com base no seu conhecimento, podem intervir frente a pessoas e grupos que estão em situação de vulnerabilidade social. Na mesma perspectiva, Marques (2012) aborda o educador social como “docente”, ao realizar uma análise da percepção que este tem de seu trabalho nas escolas. Canastra e Malheiro (2009), ao relatarem o papel do educador social enquanto mediador socioeducativo das relações entre a escola, a família e a comunidade local, afirmam que as barreiras entre essas instituições só produzem uma vida escolar considerada artificial e deixam de lado os problemas que realmente deveriam ser abordados. Colaborando com essa ideia, Rego (1999) salienta que o desafio educacional nas medidas socioeducativas não é menor do que no período policial e judicial que o antecede, mas esse sujeito, na sua relação com o mundo, reconstrói esse contexto.

Portanto, trabalhar com o adolescente, enxergando-o em sua totalidade, talvez seja uma forma de entender a relação entre esse indivíduo e o que envolve os motivos que o levaram a cometer o ato infracional, o que possibilitaria intervenções frente a essa situação.

Garrido (2012), ao abordar o trabalho do educador social nos diferentes campos de atuação, percebeu a necessidade da regulamentação da profissão e que os movimentos sociais têm chamado a atenção do Poder Público ao apontar as situações críticas existentes. O art. 10 do Sinase aponta que os municípios são os responsáveis por inscrever seus programas e alterações, bem como as entidades de atendimento executoras no Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), e no art. 12 dessa lei tem-se que a composição da equipe técnica do programa de atendimento deve ser interdisciplinar, compreendendo no mínimo profissionais das áreas de Saúde, Educação e Assistência Social, de acordo com as normas de referência. O regimento interno deve discriminar as atribuições de cada profissional, sendo proibida a sobreposição dessas atribuições na entidade de atendimento. Sendo assim, não há uma lei aprovada que regulamente e descreva o papel do educador social ainda, sendo que o programa de atendimento aos adolescentes deve descrever no seu regimento interno as atribuições a esse profissional. Existe um Projeto de Lei, (nº 5.346/2009), que dispõe sobre a criação da profissão de educador social e educadora social. Na data de 14.05 de 2015 o projeto teve a aprovação do Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e aguarda a aprovação pelo Plenário da Câmara dos Deputados.

Diante desse contexto, cada instituição de medida socioeducativa tem o seu próprio manual de funções destinadas aos profissionais que atendem a essa demanda, o que pode dificultar ao profissional, como o educador social, saber com clareza qual é o seu papel e função na atual conjuntura. Essa clareza pode ser fundamental para uma melhora no desempenho desse profissional e da equipe. A profissionalização do educador social é um

passo considerado fundamental, tendo em vista a responsabilidade a ele atribuída (Silva, 2009).

Pensando nas atribuições dos educadores sociais junto a adolescentes, Cella e Camargo (2009) apontam que ensinar noções de cidadania e dignidade a uma pessoa pressupõe amplo conhecimento por parte dos educadores. Assim o adolescente terá maior consciência dos seus atos e poderá escolher e refletir com maior clareza frente às suas escolhas. Os autores ainda salientam que tratar o adolescente sempre como sujeito de direitos, resgatar a autoestima, reconhecê-lo como alguém capaz de desempenhar papéis positivos, no trabalho e no grupo, por exemplo, são possibilidades contidas em todo o processo a que ele é submetido e, em especial, nas medidas socioeducativas. Colaboram com esse posicionamento Craidy e Gonçalves (2005), quando afirmam que o adolescente ser reconhecido pelos outros, sobretudo pelas autoridades, é caminho para sentirem-se capazes de ser alguém. Portanto se aprende em sociedade a tratar um adolescente com cidadania e dignidade. No entanto, Silva (2009), ao buscar entender a construção da identidade do educador social na sua prática cotidiana, aponta que, em um primeiro momento, o educador social tem a indignação como motivação para desenvolver um trabalho transformador, porém não a sustenta e adota um discurso semelhante ao da população que ele atende, desse modo o educador parece acreditar que seu trabalho não o diferencia da população atendida, o que o leva a ser um mediador das propostas de intervenção do Estado. Tais propostas podem ser entendidas como verticais, uma vez que elas vêm de pessoas que têm menos acesso à população que recebe as intervenções, assim perpetuam-se as propostas e as formas de trabalho do sistema, que muitas vezes causam mais desigualdades. O educador, portanto, pode estar contribuindo com esse ciclo de desigualdade, sem ter consciência plena do seu papel no engendramento da estrutura do sistema.

Jantke (2012) observou a carência em relação a programas didáticos pedagógicos para a melhoria no trabalho e formação do educador social, o que possibilitaria a qualidade na valorização desse profissional e em consequência o reconhecimento da sociedade. A autora entende a necessidade da articulação entre a prática e a teoria no sentido de sistematizar os conhecimentos com aprofundamentos nas áreas pedagógicas, com o intuito da criação de metodologias socioeducativas.

4 Método

4.1 Fundamento Teórico-Metodológico: O Construcionismo Social

Em sintonia com os objetivos do estudo, o Construcionismo Social foi a perspectiva escolhida para dar sustentação às discussões sobre as práticas discursivas de educadores sociais junto a adolescentes em situação de vulnerabilidade social e/ou em cumprimento de medidas socioeducativas. Para o Construcionismo Social, a linguagem compõe e explica a realidade, concebe o sujeito e o objeto como construções histórico-sociais e estabelece uma censura à ideia representacionista do conhecimento e da objetividade (Spink, 2010). Ainda segundo a autora, o conhecimento é algo que as pessoas fazem juntas por meio das interações sociais.

Nessa perspectiva as pessoas são consideradas produtos da época (daquele momento presente) no seu cotidiano, com todos os acontecimentos que envolvem sua vida, como as convenções sociais, as estruturas de legitimação e as ordens morais. As pessoas produzem realidades psicológicas e sociais que através de seus discursos produzem sentido ao mundo (Spink & Pinheiro, 2013). Spink (2010) e Spink e Frezza (2013) alegam que o sentido é considerado uma construção social, então, dar sentido ao mundo é uma forma importante e inevitável na vida em sociedade e que se constroem com base no cotidiano em sociedade ou seja na sua prática. Spink e Medrado (2013) afirmam que a pessoa produz sentido o tempo todo, de modo que ele proporciona lidar com as situações do cotidiano. O uso da linguagem sustenta uma prática social dialógica e busca entender as práticas discursivas que são atravessadas pelo cotidiano, as narrativas, conversas, argumentos são repertórios utilizados nessas produções discursivas. Desse modo os participantes de uma pesquisa, inclusive os pesquisadores, enquanto pessoas, devem ter conhecimento que estão

sujeitos a forças dos hábitos da sociedade, como classe social, profissão e gênero, pois às produções cotidianas influenciam diretamente as informações apresentadas e as pessoas envolvidas no processo.

4.2 Delineamento do Estudo

Esta pesquisa caracterizou-se como qualitativa, com o referencial do Construcionismo Social e das Práticas Discursivas, podemos trazer a importância da relação entre a linguagem do educador social na relação com o adolescente que ele atende e, além disso, levando em conta tudo o que permeia essa relação, o papel do educador social enquanto pessoa e que reflete como consequência em seu trabalho profissional.

4.3 Local

O local da pesquisa foi um dos Centros da Juventude localizado na região metropolitana de Curitiba, que atende adolescentes em situação de vulnerabilidade social ou em cumprimento de medidas socioeducativas na modalidade PSC. Trata-se de um projeto implantado por intermédio da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social (SEDS) e tem o intuito de atingir a população jovem, priorizando aqueles entre 12 e 18 anos (CEDCA-PR, 2012).

Diferente do atendimento dos programas específicos de medidas socioeducativas, em que o adolescente é encaminhado para um atendimento obrigatório. O adolescente que é atendido na instituição vem para o acolhimento de uma forma não obrigatória, contudo, o adolescente que é encaminhado para o atendimento para o cumprimento da MSE na modalidade de PSC, é obrigado a cumprir a medida, porém pode realizar atividades em

consonância com tal medida e frequentar o local da mesma forma que os outros adolescentes.

4.4 Participantes

Todos os educadores que estavam trabalhando na instituição consentiram em participar da entrevista. No entanto, dos 15 educadores sociais contatados inicialmente, 10 tiveram seus contratos de trabalho encerrados pela prefeitura ao longo da realização da pesquisa e não puderam participar. Sendo assim, a pesquisa foi realizada com os 5 restantes.

A tabela 1 mostra a apresentação pessoal dos educadores sociais que participaram da pesquisa.

Tabela 1 - Apresentação dos educadores sociais entrevistados.

Participantes da pesquisa	Dados pessoais
1). Clóvis	1). 43 anos de idade, separado, é concursado, formado em Educação Física e está na função a um ano e dois meses.
2). Martina	2). 27 anos, casada, concursada, atua a 06 meses, superior incompleto.
3). Virgílio	3). 38 anos de idade, casado, concursado, atua na área a 6 meses, superior incompleto.
4). José	4). 39 anos, casado, regime de terceirização (cumprindo reaviso), atua a mais de 1 ano, possui 2º. Grau completo.
5). Samuel	5). 33 anos, casado, regime de terceirização (cumprindo reaviso) possui 2º. Grau completo.

Nota. As informações foram baseadas nos dados coletados durante a entrevista.

Participaram da pesquisa 5 educadores sociais, com idades entre 27 e 45 anos, sendo 4 do sexo masculino e 1 do sexo feminino. Em relação aos dados sociodemográficos dos participantes, 1 educador era separado, enquanto 2 encontravam-se casados formalmente e 2 possuíam união estável; apenas 1 possuía curso superior completo em Educação Física, 2 possuíam superior incompleto, 1 em Pedagogia e outro em Filosofia e Letras, e 2 possuíam ensino médio completo; em se tratando da religião, 1 educador social

era espírita (Candomblé e Umbanda), 1 considerava-se agnóstico, 1 não possuía religião e 2 consideravam-se evangélicos; e, até o momento da entrevista, os entrevistados encontravam-se registrados na instituição com experiência profissional de 6 meses a 1 ano e 2 meses.

Os critérios utilizados foram: ter no mínimo 6 meses de experiência, ter no mínimo ensino médio completo, estar trabalhando no local da pesquisa e atender adolescentes em situação de risco ou em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto. Apesar de no local os educadores sociais atenderem conjuntamente/indistintamente adolescentes que estão em situação de vulnerabilidade mas que nunca cometeram ato infracional e aqueles que já cometeram, para fins desta pesquisa, levamos em consideração que mesmo que o educador social não estivesse atendendo especificamente adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, esta é uma possibilidade que permeia sua prática profissional. Desta maneira, consideramos relevante compreender os sentidos construídos pelos mesmos quanto as práticas discursivas junto a esta parcela da população.

4.5 Instrumento

O instrumento utilizado foi uma entrevista semiestruturada, baseada em um roteiro previamente elaborado (Apêndice D). A entrevista versou sobre os seguintes temas: motivos para a busca da profissão, significado das medidas socioeducativas e do adolescente infrator, práticas do educador junto aos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas e conhecimento da legislação pertinente. Por tratar-se de uma pesquisa semiestruturada o direcionamento da entrevista em muitos momentos ocorreu com base nas respostas dada pelo entrevistado, respeitando o fluxo de conversação.

4.6 Procedimentos

Após a autorização fornecida pela instituição na qual foi realizada a pesquisa (Anexo B), e a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética sob parecer CAAE número 36837814.3.0000.0103, a pesquisadora foi até o local e conversou com a coordenadora, na sequência foi apresentada aos educadores e nesta ocasião, explicou os motivos da pesquisa, buscando saber a disponibilidade para a entrevista. Aqueles que concordaram em participar da pesquisa e corresponderam aos critérios de inclusão foram convidados a participar de uma entrevista individual. A entrevista foi realizada na própria instituição em data e horário acordados entre a pesquisadora e o participante, e durou em média uma hora. Após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, a entrevista foi gravada com o consentimento do educador social e transcrita posteriormente.

4.7 Análise dos Dados

Com a análise das entrevistas e dos repertórios produzidos e chegarmos a compreensão dos significados das medidas socioeducativas para os educadores sociais, foram formadas quatro categorias de análise, com subcategorias decorrentes:

- a. motivos associados à busca da profissão.
- b. significados de adolescência que sustentam a relação dos educadores sociais com o público atendido.
- c. práticas discursivas de educadores sociais com os adolescentes em situação de vulnerabilidade social e/ou em cumprimento de medidas socioeducativas.
- d. conhecimento da legislação que dá sustentação ao trabalho do educador social.

5 Resultados e Discussão

5.1 Motivos Associados à Busca da Profissão

A busca por estabilidade foi elencada como primeira subcategoria relacionada à escolha da profissão de educador social. Na fala do entrevistado Clóvis destacou-se a realização de um concurso na área pública e a estabilidade no trabalho surgiu como o motivo relacionado.

*Clóvis: Eu passei em um concurso da prefeitura e aí tinha a opção de vir pra área social.... Eu trabalho aqui na prefeitura, por causa disso, **eu tenho estabilidade**, posso estudar de manhã... estamos aí (risos).*

Esta facilidade mencionada pode ser entendida como uma oportunidade de o educador estar se preparando e tendo mais conhecimento em relação à sua área, porém o participante, ao alegar que trabalhou na prefeitura por causa da sua estabilidade, sugeriu que esse fato seria o mais importante no trabalho com o adolescente, o que pode refletir na relação de trabalho, tanto do educador para o adolescente, quanto do educador para a equipe de trabalho. No mesmo sentido dos dados desta pesquisa, Coutinho, Diogo e Joaquim (2008) e Albrecht e Krawulski (2011) entendem que a estabilidade, o tempo de serviço, a remuneração e a possibilidade de fazer carreira são fatores que aparecem como motivos da escolha profissional de funcionários com estabilidade no trabalho.

Outro aspecto que se destacou nas falas dos participantes, definido com a segunda subcategoria de análise, foi a vontade de ser professor em diferentes áreas, como aparatos para a aprovação social.

Virgílio: *Os três [testes vocacionais] que eu fiz, deram **professor**, e como eu **ainda não tenho a licenciatura**, acho que foi uma forma de abreviar essa vontade de ... trabalhar com educação, sabe, foi uma **maneira de eu estar inserido**.*

Martina: *Na verdade **queria ser professora de artes** aí eu fazia [curso de] design um tempo, porque eu faço minha parte de artes que eu posso fazer ... mas eu acho bom o trabalho de educador... **desenvolver coisas de arte**.*

Diante do exposto, observa-se que atuar como professor aparece como um dos significados para o trabalho do educador social, uma vez que estes participantes valorizam e estão buscando, por meio de uma graduação superior, tornarem-se professores. Podemos entender que encontraram na profissão de educador social, uma maneira de antecipar a experiência de trabalhar na área da educação.

A partir deste dado, podemos supor que se o adolescente e a comunidade, colocarem o educador no papel de professor, poderia reforçar a sua permanência na função. Todavia, parece que a aspiração do educador em desempenhar e desenvolver tarefas e atividades de professor condiz com suas metas e interesses pessoais, e a vontade de pôr em prática a sua área de preferência, no caso as aulas de artes mencionadas pela participante.

Podemos pensar que a ocupação de professor seja buscada por estes jovens, como uma via de inserção e ascensão social, por ser valorizada pela sociedade e se houver uma aproximação entre a área de interesse do educador e os propósitos a serem alcançados na relação com os adolescentes, não seria problema. Por outro lado, também pode refletir a falta de ordenamento no que diz respeito ao preparo e orientações sobre o que se espera de fato do educador social, pois até o momento da realização das entrevistas, ainda não havia sido elaborado um plano de trabalho para os educadores no local. O educador, ao se enxergar como um professor, no sentido clássico de transmissão de conhecimentos, pode

não estar criando, junto ao adolescente, contextos que favoreçam o seu desenvolvimento e cidadania. Desta forma, podemos antever uma lacuna entre o trabalho desempenhado pelo educador social e o direcionamento dado à profissão de educador pelo Estado.

A função do educador social se volta em grande parte à educação informal e não a formal, que não significa ser de menor importância. Porém, é interessante se questionar se o educador entende os diferentes tipos de educação. Esse dado pode ter ligação com a distorção e confusão que se tem das profissões e similaridades destas. A profissão do educador pode ser descrita de maneiras diferentes, aumentando essa confusão. Conforme nos aponta Gohn (2006) a educação considerada não-formal assinala um sistema que envolve a aprendizagem na área política mostrando os direitos das pessoas que a compõe, a aprendizagem de novas capacitações e habilidades para o trabalho, por intermédio das competências e que propicia também a aprendizagem de novas maneiras de organização da comunidade, com o objetivo de solucionar os problemas do cotidiano coletivo, o que proporcionaria para as pessoas uma leitura do mundo que a cerca, considerada a base da Pedagogia Social. Ao compará-la com a educação formal a diferença é facilmente detectada, pois a educação formal é a que se desenvolve nas escolas com os conteúdos já definidos anteriormente. Já no caso da informal, ocorre no momento em que as pessoas de uma dada comunidade aprendem durante o processo de socialização, ou seja, pela família, com os amigos, no bairro onde moram, impregnada dos valores e cultura, sentimentos de pertencimento herdados.

Nos exemplos supracitados, vimos que os participantes associam a função de professor a de educador social, já a próxima narrativa, expõe repertórios que denotam uma clara separação entre as duas.

Clóvis: *Não, porque eu não sou educador social, eu sou um técnico desportivo, eu faço o papel (...), porque **um professor pode ser um educador social se ele quiser,***

*mas um educador social nunca vai ser um professor ... Mas educador social não, professor. Não, não, por uma questão de título, mas **eu sou professor**, entende?...
Eu vou além do educador.*

O entrevistado não apreciava ter sua identidade associada a de educador social, visto que se colocar como professor foi determinante e ainda deu ênfase às diferentes nomenclaturas e competências. A função de educador social parecia ser vista de uma forma preconceituosa, uma vez que ocupava o lugar, mas se colocava acima dele. Fato que pode levar a distorções claras entre as diferentes atribuições. Interessante notar que a graduação no ensino superior é um repertório linguístico que significa ter um conhecimento diferenciado, o que pode refletir na desvalorização do conhecimento informal ou não formal, assim como a interação com os outros educadores que não têm a mesma formação.

Da mesma forma que os outros participantes, José também discorreu sobre a importância de ter um curso superior para ser reconhecido socialmente.

José: *A que nem o caso como eu falei no começo, **pelo fato da sociedade e dos espaços públicos reconhecer a graduação** eu tenho muito forte agora ... fazer uma faculdade de pedagogia, entendeu, só pra ter um reconhecimento de graduação.*

No mesmo sentido dos dados aqui discutidos, Silva (2009) ao abordar o tema da identidade do educador social, constatou que, na sua prática, ao não existir uma metodologia específica que oriente o seu trabalho, pode despertar no educador um sentimento de “desamparo frente às adversidades cotidianas” (p. 490), o que sugere uma busca por conhecimento empírico que possam não ser adequados ao trabalho que está sendo realizado e, conseqüentemente, em construção.

Frente a diversidade de papéis apresentada pelos participantes desta pesquisa, podemos recorrer a Araujo e Luvizotto (2012) que ponderaram que a aprendizagem mais

expressiva foi verificada na educação não formal, importante no processo de construção para uma sociedade considerada mais justa e mais democrática, o que ocorre pela atuação e trabalho do profissional educador social que em determinados contextos ou circunstâncias encontram na educação informal um aparato para o acesso aos espaços na comunidade, diferente do que precisa a estrutura de uma educação formal. Segundo os autores, “o educador social cumpre o papel de facilitar a trajetória de cada jovem e do coletivo de jovens na direção do desenvolvimento pessoal e social, contribuindo para o desenvolvimento de um ambiente educativo, participativo e democrático” (p. 73).

Entendimento que se coaduna com os preceitos do Sinase (Brasil, 2012) precisamente no Artigo 8º, ao fazer menção que os delineamentos socioeducativos devem impreterivelmente antecipar as ações planejadas nos espaços de educação, saúde, assistência social, cultura, capacitação para o trabalho e esporte, ficando saliente a diferença entre a socioeducação e a proposta pedagógica formal. Neste sentido, se acentua a necessidade da implementação de ações que cumpram os propósitos de preparar os adolescentes que se encontram submetidos ao cumprimento de medidas socioeducativas no sentido de uma formação cidadã, que compreende assumir papéis sociais no seu contexto, melhores condições relacionadas à vida coletiva, às condições de trabalho, a um comportamento considerado respeitável na vida pública, usando de forma apropriada dos conhecimentos e habilidades acessíveis no momento que ocorre. Portanto, todos os atores que compõe a socioeducação deveriam estar atentos aos princípios básicos que norteiam a proposta.

A terceira subcategoria aborda a escolha profissional o educador social vinculada a vontade de retribuir a sociedade por algo recebido no passado. No discurso de um dos participantes, o trabalho foi mencionado como uma forma de resgate dos adolescentes que

se encontram em situações consideradas de risco ou cometendo atos infracionais, situação previamente vivenciada pelo entrevistado.

José: *É primeiro pelo meu histórico de vida, né, eu fui resgatado por um projeto social, né. Eu participei de muitos projetos sociais ... veio me dar base pra que eu fosse a pessoa que eu sou hoje. Então uma chance do que me proporcionou de uma mudança de vida, então, eu pretendo propor pra outros adolescente que estão em situação de risco, né. Eu já acredito muito nessa questão do resgate. Aprimorar a minha profissão, eu não penso em deixar de ser educador. Penso em pegar a pedagogia e trazer pra área do educador.*

Notamos que o entrevistado reconheceu a chance em participar do resgate ao adolescente que necessita de orientações e cuidados para aprendizagens necessárias. Durante a entrevista ele voltou às experiências anteriores e aos trabalhos realizados que o ajudou a superar situações difíceis de sua vida. Tal experiência despertou um olhar diferente para o adolescente, pois percebeu que assim pode resgatá-los no sentido de permitir que tenham acesso a informações e contato com pessoas, ajudando-o a sair da situação de risco ou de atos infracionais.

O educador social por acreditar que o seu trabalho auxilia o adolescente e a busca pelo aparato da profissão pode ir ao encontro da vontade que já havia demonstrado anteriormente, quanto a sua escolha profissional. O olhar do educador frente ao seu trabalho pode estar atrelado a possibilidade de ser um mediador no processo do adolescente, quando ele procura refletir e enxergar outras maneiras de estar no mundo em que vive. O fato de o educador ser reconhecido pela sociedade no desempenho do trabalho pode ser um fator interessante no entendimento dos motivos que o levaram a atender o adolescente e trabalhar com ele. O educador que conhece a comunidade onde vive, como no caso deste participante, pode trazer grandes contribuições e ser um elo de confiança

junto ao público atendido e, com isso, realizar um trabalho tanto de mediador para outros educadores que estão dando início ao trabalho quanto para atrair a comunidade para dentro da instituição e um acesso maior aos trabalhos que tais profissionais desenvolvem.

A quarta subcategoria reúne discursos que apontam que a escolha se deu pela familiaridade com o trabalho com adolescentes.

Clóvis: *Eu... gosto de trabalhar com esse tipo de público... e também porque **eu já conhecia o trabalho, o trabalho com os adolescentes.***

José: *Foi junto com o **hip hop** e uma participação que eu tive em uma ONG... eu tenho toda a minha formação como educador.... trabalhar com **meninos em conflito com a lei**, e aí acabei despertando esse interesse e essa vontade de ser educador.*

Samuel: *Na verdade eu sempre trabalhei, até hoje assim, a gente faz muito é... a gente tem muita coisa tipo assim no Natal, a gente sai pegar contribuição, a gente faz pacotinho de doce e sai distribuindo nas comunidades carentes, Páscoa, Dia das Crianças, a gente sempre tem esses projetos, sempre faz essas coisas, nada de político nem nada, a gente faz por conta própria mesmo (...). Na verdade assim, eu sempre trabalhei assim, mesmo eu trabalhando com outros serviços, né, fazia isso no final de semana, ajudar casas de recuperação, coisas assim sabe? Fiz bastante projeto social (...) às vezes até ganhar bem mais, não ser realizado no que você fez e aqui eu amo. **Fiz bastante projeto social com adolescentes**, aí eu recebi o convite da prefeitura e comecei aí.*

A indicação da faixa etária pelos educadores sociais como referência ao motivo de escolha pela profissão acaba por revelar outros aspectos interessantes a serem discutidos. Inicialmente que adolescência não pode ser considerada uma categoria ou fase homogênea, pois o desenvolvimento nesta etapa é multidimensional. Para Bock, Furtado e Teixeira

(2004) a adolescência representa a passagem para a idade adulta e que é marcada pela confluência de fatores biológicos, psicológicos e sociais. Podemos considerar que existem várias adolescências dentro desta categoria, portanto, dizer que gosta de adolescentes é uma ideia vaga. Clóvis, ao se referir a “este tipo de público” não deixa claro qual o foco que está dando.

De forma diferente, José se refere ao adolescente em conflito com a lei, identificando especificidades e proximidade com a sua própria vivência, como foi discutido na subcategoria anterior. Já Samuel enfatizou a condição de carência dos adolescentes atendidos por ele em outras circunstâncias, quando realizava trabalho social.

Indo além, os dados nos fazem pensar na base da relação que se estabelece entre os educadores e o público em questão, isto porque Clóvis se coloca como professor, ou seja, em uma posição tradicionalmente superior a do aluno. José, pela semelhança de histórias parece ter mais oportunidade de se colocar em uma relação igualitária com os adolescentes. Samuel, por sua vez, corre o risco de perpetuar na sua prática profissional atual a relação que antes estabelecia com as pessoas “carentes” da sociedade, que precisam de ajuda dos mais afortunados, repetindo a lógica assistencial cristã. Estes aspectos serão discutidos mais adiante nesta pesquisa, ao se apresentar as práticas realizadas e suas implicações.

Não se pretende com estas observações considerar que estes motivos para a escolha da profissão de educador social não sejam adequados. Pelo contrário, qualquer profissão pode reunir pessoas que as exercem por motivações as mais variadas. Apenas gostaríamos de ressaltar que uma proposta como a do Sinase requer que as motivações iniciais de seus atores possam ser balizadas para que a coerência nas ações seja mantida.

A partir dos dados apresentados nesta categoria entre os motivos da escolha dos educadores sociais pela profissão, configuram-se: a estabilidade relacionada ao serviço

público, vontade de atuar como professor, identificar-se com o trabalho com adolescentes e desejo de retribuir algo à sociedade. Essas informações podem auxiliar na construção do perfil das pessoas que escolhem a profissão e dar respaldo às medidas necessárias para se implementar práticas adequadas.

Com base nos dados apresentados, podemos ter um entendimento dos motivos que atraem o educador social para a sua atuação profissional. Pudemos perceber que nenhum educador ingressou no seu trabalho por meio da realização de cursos profissionalizantes que tratavam da área de atuação ou entendimento sobre o seu trabalho, pois trabalhar como educador social é lidar com as incertezas que revelam caminhos obscuros e tortuosos para se chegar até o adolescente. No mesmo sentido do discutido por Souza (2013) sobre a necessidade de formação profissional como meta essencial para a melhoria do atendimento ao adolescente autor de ato infracional, podemos entender que há necessidade de ampliar as discussões sobre o Sinase e o que se espera quanto a atuação desta categoria profissional. Promover ao educador a possibilidade de participação no que diz respeito ao direcionamento e ordenamento da profissão parece ser um meio de ampliar o seu olhar e o da sociedade, quanto as expectativas em relação a assistência prestada aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

5.2 Significados de adolescência que sustentam a relação dos educadores sociais com o público atendido

Nesta categoria, foi pretendido discutir quais significados de adolescência perpassam a relação dos educadores sociais com o público que atendem. Pois em consonância a Espíndula e Santos (2004) e a perspectiva construcionista social (Gergen & Gergen, 2010) entendemos que é importante compreender o que os educadores pensam a

respeito dos adolescentes que estão sob a sua responsabilidade, tendo em vista que as práticas empregadas por eles são sustentadas por um saber comum construído socialmente e que tal relação refletirá na sua interação junto do adolescente atendido.

A educadora social Martina em sua narrativa apresentou a sua clientela como sendo de adolescentes que vivem em um mundo à parte, sem recursos de socialização suficientes para se relacionarem em outros contextos sociais e sem perspectiva de futuro, por não conhecerem diferentes realidades. Também reconheceu que são adolescentes com carência de atenção e direcionamento por parte dos adultos e que vivem uma realidade complexa, difícil de ser alcançada. Dando sentido para a gravidez nesta fase como busca de independência. Martina contrapõe estas características ao estereótipo de adolescentes rebeldes e problemáticos, como características intrínsecas, ou seja, a partir do seu trabalho com os adolescentes vinha ressignificando a sua relação com os mesmos, como também percebendo a implicação do contexto social no desenvolvimento de sua clientela.

Martina: *Agora o pior mesmo é a parte da educação mesmo, tipo assim, nem todos sabem **nem todos têm educação**. Sim essa parte é mais difícil, por exemplo, a questão do “por favor” mesmo que nem todos eles sabem, tipo, como eles convivem com gente da mesma idade, não sabem tratar as pessoas de fora igual. Essa é a parte pior, a gente que não é íntimo deles, é porque não conhece gente que dá conflito, porque a gente entende né, mas se você vai lá fora como que você vai fazer? Como é que você vai ver alguém assim que **não fala “por favor, obrigado”**, como vai se virar lá fora, como é que vai se virar lá fora. (...) na verdade só eles **não sabem como é o mundo lá fora**, eles mal conhecem Piraquara, eles não conhecem Curitiba, eles não conhecem o resto, que não é só essa parte, o que tem fora daqui eles não têm noção. Eu preciso trabalhar, preciso estudar pra ser aquilo, trabalhar pra ter aquilo, **não tem a sua visão** (...) a maioria*

*tem o básico da educação, eles têm eu achei, eles pintaram que aqui era um depósito de crianças e não é, tem uns que só **querem carinho**, tem uns que só **querem conversar**, tem uns que vem aqui pra passar o tempo. (...) Você não entende, você não sabe qual a situação daquela criança que vem aqui (...) No começo fiquei meio assustada, mas depois, depois que eles pintaram uma coisa, cheguei aqui, era outra. Eles pintaram assim tipo que só tem adolescentes problemáticos, só tem gente rebelde e a maioria não é. Você não sabe o que ela passou lá fora e aí eu vou falar de tal coisa, sendo que a realidade dele é bem complexa, é bem diferente do que ele necessita naquele momento.*

Interessante notar que a educadora inicialmente pareceu concordar com outras vozes sociais, ao alegar que no início tinha receio dos adolescentes. Com a sua prática, foi capaz de desconstruir a ideia de que a instituição era um local de difícil interação social. Assim, subentende-se que Martina estava imersa em um contexto em que outros veem o adolescente atendido de forma pejorativa. Nesse caso a educadora percebeu com base no teu tempo curto (que se encontram as diferentes vozes ativadas pela memória cultural do tempo longo ou tempo vivido) que o adolescente que frequenta o local tem diferentes necessidades e ela vinha contrapondo estas diferentes vozes, apesar de escolher repertórios negativos ou de déficits para descrevê-los. Isto ilustra o fato de os significados, por serem uma construção social, também estão em constante processo de reconstrução, mediante novas experiências e trocas linguísticas nas quais as pessoas se envolvem (Spink & Medrado, 2013).

O educador social Virgílio, repetiu a opinião de Martina quanto a falta de trato social, vinculada aos estereótipos de uma adolescência com comportamentos de rebeldia e subversão.

Virgílio: *Eu tento me ver neles quando eu era jovem né, essa **subversão**, essa **rebeldia**, é...tentar entender que eu tive a sorte de ter uma determinada educação, e que eles talvez **não tenham tido essa mesma sorte**, e que as vezes se eles são **agressivos** comigo, é o que eles tem a oferecer, eles **não aprenderam alguns conceitos básicos**, é...aquelas palavrinhas mágicas, por favor, obrigado, com licença.*

Para Virgílio, a educação assume um sentido de sorte, por ele ter tido oportunidades, por exemplo, uma família que lhe deu respaldo. O educador entende que os adolescentes respondem com base na qualidade das suas interações sociais, o que envolve as pessoas do seu convívio e a forma do adolescente responder as situações do dia a dia. Dessa forma Virgílio trouxe que o contexto em que este adolescente habita propicia e justifica a sua forma de vida. O enunciado da questão permitiu saber o que o educador trouxe do seu tempo vivido para a relação do tempo curto, no aqui e agora, para a interação com os adolescentes (Spink, 2010). Virgílio entende que o adolescente atendido tem questões típicas da adolescência, como também necessita ampliar sua rede de interação social, para fazer mais aprendizagens que favoreçam as interações sociais.

Para Clóvis, o importante é perceber que o adolescente além de ser radical, gosta de chamar a atenção e precisa de rotinas para a vida.

Clóvis: *Porque quando você inicia algumas coisas, é assim, o esporte ele é radical, o esporte é o seguinte, ou você faz ou você não faz, se chegar uma pessoa que não tem essa formação, essa percepção de que **o adolescente, ele é radical e quando ele brinca ele é radical**, então fica difícil. (...) Porque o adolescente **gosta de rotina**, por mais que ele diga que não, ele é rotineiro, entende, ele, ‘ah mais eu não tô com fome’, sim até fazer 12 anos, quando ele faz 13, 14 ele sabe que tem que comer em tal horário. Então, é uma rotina, é o trabalho na quadra de futebol,*

*é das cinco e meia até as seis e meia, os adolescentes e os pré-adolescentes vêm fazer atividades físicas, os adolescentes vão embora. O adolescente, ele **quer chamar a atenção** (...).*

Da mesma forma como os anteriores, este educador encontrou uma forma de generalizar as características dos adolescentes atendidos. Salienta a importância que tem a rotina na vida dos adolescentes, como um meio de oferecer uma vida organizada. Entendemos que o educador quis enfatizar a importância de uma organização na instituição e na sociedade, para que o adolescente tenha um referencial a seguir. Por este caminho, apesar da generalização aos adolescentes, trouxe a ideia implícita de um ser que está se moldando à sociedade, portanto não acabado. Da mesma maneira, entendemos que ao dizer que querem chamar atenção, diz que os adolescentes estão se colocando de maneira típica, ou seja, questionando o seu meio social.

José, por já ter passado pela experiência de se encontrar em situação de vulnerabilidade, acredita que se for dada oportunidade ao adolescente ele fará uma escolha melhor de vida.

José: (...) *ele [o adolescente] no momento, ele quer viver aquele espaço apenas né, mas é, eu vejo assim, que quando é proporcionado, abre várias portas pra ele. Esse menino ele sempre **vai tentar escolher o melhor**. Porque o pior já tá ocupando espaço.*

Ao abordar o olhar que o educador tem do adolescente atendido por ele na instituição da pesquisa, entendemos que José contextualiza o adolescente no sentido de estar no seu presente, em uma situação ruim e que o melhor pode ser proporcionado, porque ainda há espaço para o que ele chama de melhor, que poderia ser melhores oportunidades. O educador posiciona o adolescente como uma pessoa que necessita de orientações para a tomada de decisões, ou seja, uma pessoa em desenvolvimento e que

poderá fazer a escolha pelo melhor, por um caminho considerado socialmente aceito, vendo-os como sujeitos de direitos que merecem respeito e proteção. Interessante notar que este ponto de vista coincide com a história de vida do educador, que esteve em situação de vulnerabilidade e fez uma escolha socialmente aceita, pela via do trabalho e justamente com adolescentes hoje em situação de vulnerabilidade.

O educador Samuel traz em sua narrativa repertórios ambivalentes em relação ao adolescente, que tanto pode ser vítima da situação vivida, como pode ter uma índole desfavorável.

Samuel: *No começo, ele [outro educador] chegou 'o Samuel você tem que ver por traz aí dessa criança'. A gente só olha assim, com o olho humano, a gente só olha tipo como uma **criança rebelde**, uma **criança mal educada**. Naquelas que a gente vê meio que por traz, porque que ela é daquele jeito, e eu comecei a me aproximar. A gente começa a conversar e você ve que por traz daquela rebeldia tem um pai que bebe, um pai que usa drogas, um pai que bate na mãe, como foi no meu caso. Até já tive aí relatos de conversar com a pessoa, e ela ser violentada pelo pai, padrasto, avô, então tem muita coisa, que se você sentar pra conversar, você chora. Tem uns que são de safado mesmo, mas tem **maioria aí que é porque tem problemas em casa**, a mãe chega aí na hora que abre o [local da pesquisa], sem ficar preocupado, porque 'ah ta lá ta bão', não sabe se comeu, sem nada, tem bastante história assim.*

O educador social recebeu um conselho, de outro educador mais experiente na função, que para ele foi valioso e teve um papel mediador no processo de interação junto aos adolescentes. O conselho apontava para que prestasse atenção ao contexto social dos adolescentes atendidos, desta forma passou a buscar mais informações sobre a vida familiar e relações próximas, o que permitiu que desconstruísse alguns estereótipos sociais

e compreendesse que as pessoas são constituídas nas e pelas suas relações sociais (Gergen & Gergen, 2010). Mas por outro lado, contraditoriamente, na mesma fala Samuel refere que alguns adolescentes “são safados mesmo”, denotando a presença de outras vozes que compreendem que o ser humano tem uma essência, boa ou ruim, e que seus comportamentos estão de acordo a esta essência natural.

Com base no exposto, pudemos notar que entre os educadores se encontram diversos significados, entre eles aqueles associados ao adolescente como uma pessoa em processo de desenvolvimento, não acabado e em inter-relação com o contexto em que está inserido; o adolescente visto a partir das características consideradas típicas desta etapa; assim como com traços de personalidade já formados. Frota (2006) salienta que falar das concepções de adolescência é tratar sobre a precariedade e parcialidade dos saberes que se constituem de forma tímida. Assim como a importância do contexto em que tais concepções foram construídas. Apesar da diversidade de compreensões acerca do adolescente e da adolescência, gostaríamos de enfatizar os exemplos relatados de mudança de significados que a prática proporcionou a alguns participantes. Neste sentido, entendemos como essencial a implantação de espaços de diálogos entre os educadores para que estes e outros aspectos da prática pudessem ser discutidos e alinhados à proposta do Sinase.

5.3 Práticas discursivas de educadores sociais com os adolescentes em situação de vulnerabilidade social e/ou em cumprimento de medidas socioeducativas

Essa categoria buscou entender o sentido das atividades que o educador desenvolveu junto ao adolescente.

Para Martina, o trabalho como educadora é parecido ao de uma escola, porém mais flexível:

Martina: *É porque eu gostei mesmo, porque é mais parecido com uma escola né... , você tem mais liberdade de trabalho você tem mais liberdade aqui, na escola aquilo é aquilo. (...) Tem que ser coisas rápidas que eles não enjoem que acabar no mesmo dia, que não seja muito difícil, por exemplo, fazer o filme, fazer teatro, agora fazer cinema. Você tenta passar que tem coisas além disso, estudar, fazer eles estudarem ...aí tenta falar assim, 'não tenha um filho agora, porque vai acontecer isso, isso e isso'. Você pode tentar mudar um pouquinho da realidade dele, vou tentar passar alguma coisa assim pra ele. Influência não, é parceria, 'vamos abordar o tema tal, mas o que vocês não sabem sobre isso', né, trazer o conhecimento que eles já têm pra o que é, e acrescentar mais."*

Martina, que é professora no contexto informal de artes, escolheu esta via para trabalhar com os adolescentes. Durante a entrevista, relatou que a melhor parte da sua profissão se relaciona ao fato de eles se interessarem pelas atividades que oferece. Isso pode ter relação com a maneira com que a educadora se posiciona, trazendo atividades que sejam do interesse das pessoas atendidas. Nesse sentido, a realidade que Martina procura produzir é de um ambiente agradável e harmonioso na sua interação social com os adolescentes.

A educadora procurou criar um contexto, com atividades rápidas e interessantes, para estabelecer diálogos por meio dos quais procura transmitir conhecimentos para a vida, como evitar a gravidez nesta fase. A preocupação desta educadora, encontra respaldo na em Bonilha *et al* (2015) que discute o significado da gravidez assumir, por conta da ausência de condições melhores da vida (escola e trabalho), o papel de projeto a ser seguido. Neste aspecto, Martina exercita a educação não formal (Gohn, 2006) o que vai ao

encontro da proposta de sócio educação. A partir do significado por ela construído de que os adolescentes carecem de educação que os possibilite olhar e planejar mais adiante suas vidas, devido a carência nas relações sociais, entendemos que ela se esforça no sentido de levar o seu conhecimento e seus valores para os adolescentes que atende.

Por outro lado, Martina não mencionou, mesmo tendo sido indagada, sobre como relaciona o fazer teatro e cinema, com a proposta de socioeducação. O teatro, por exemplo, poderia trazer aprendizagens culturais e histórias da vida daquela comunidade onde os adolescentes estão inseridos e por meio da arte, discutir aspectos do cotidiano trazidos por eles. Mais do que a realização de atividades, consideramos importante que o educador tenha clareza do que pretende alcançar com a sua utilização, ou seja, a atividade deve ser um meio e não um fim em si mesma, conforme orientação de Caldeira (2000, p.122). Apesar de entendermos que a postura adotada por Martina está adequada aos princípios da educação não formal, gostaríamos de salientar que a educadora responde de acordo com o seu contexto, com a sua história, com o seu posicionamento, e que se não houver um alinhamento ao programa, este encontro pode posicionar o educador em uma relação vertical em relação ao adolescente, como a pessoa que vai levar todo o conhecimento para o adolescente sem que este lhe dê nada em troca, vai transformar esta relação em algo não proveitoso para os objetivos do trabalho do educador.

O educador Virgílio realiza tarefas de *kung fu* com os adolescentes e usa esta luta como metáfora para o adolescente entender como é o mundo que o cerca e da importância de sua proteção pessoal.

Virgílio: *Eu dou aula de defesa pessoal pra eles, kung fu e tal, aquilo que aprendi, quando eu explico pra eles, que existem determinados sistemas de luta, que eu posso usar como metáfora também, não é só de luta,... claro que eles tem que absorver esse conhecimento, mas que a individualidade deles é importante. (...)*

Mas passando o tempo com eles, conversando com eles, às vezes eles ficam 4 horas ali sem falar com você, 'ah beleza professor? Beleza' e não falam mais nada. Chega um momento que ele vai conversar, e a gente tem que ser repetitivo, por mais que ele esteja falando nada com nada, mas às vezes pode estar falando algo importante, querendo dizer alguma coisa, desabafar alguma coisa, e aí que está nosso trabalho, tentar encontrar determinadas nuances. Se ele se comporta alegre todo dia, e de repente vem triste, desabafa alguma coisa com você, você tem que tentar detectar isso pra que você possa encaminhar, pra quem possa ajudar ele né, daí sim, vem o trabalho dos técnicos”.

Virgínio utilizou o ensino de uma modalidade de luta para transmitir outros conhecimentos de vida e considera o diálogo imprescindível no trabalho com o adolescente. O educador aponta a importância de o adolescente colocar-se no processo assumindo responsabilidades, para tanto é necessário que ele entenda que em uma relação todos são responsáveis. Virgílio posicionou o adolescente como a pessoa que recebeu uma direção porém livre para criar dentro desse contexto, ele pode aparecer no processo. Podemos pensar que o significado construído sobre a adolescência, como fase de rebeldia, mas que também depende muito das interações sociais que estão ao alcance dos jovens, oriente seu trabalho. Bertol e Souza (2010) assinalam que para os pais, profissionais de diversas áreas e educadores a adolescência desperta preocupação, por conta dos modelos de identificação ao adolescente que se manifestam como uma escolha a ele que muitas vezes não tem o preparo para lidar o que demanda orientação para formar laços sociais. Como mencionado na categoria anterior, o educador considera que falta a eles o apoio e a educação proveniente das famílias, que ele mesmo teve a “sorte” de receber. Desta maneira, possibilitar reflexões a partir das analogias entre as situações de luta e a vida

cotidiana e estar atento a necessidade de suporte emocional dos adolescentes vinha sendo a forma que o educador encontrava para exercitar sua profissão.

Mas Virgílio parece ir um pouco além, ao demonstrar sua preocupação com o estado emocional dos adolescentes atendidos e aproveitar as “diferentes nuances” de humor, como brechas para maior aproximação, apoio e eventual encaminhamento para os técnicos do programa. O educador conceitua a conversa no sentido de possibilidades de trabalho junto ao adolescente, ele traz a importância de o educador estar atento ao adolescente em seus diversos cenários. Diz que o adolescente ao responder de forma diferente é um indicativo de mudanças que merecem atenção e uma vez que o sentido ocorre em uma interação social, quando este adolescente responde, ele responde a este contexto no qual ele encontra-se imerso. Dessa maneira o sentido que o educador dá ao que percebe do adolescente, pode lhe trazer o conhecimento para realizar tarefas que condizem com a necessidade apresentada pela demanda. Para Schram e Carvalho (2003) a passagem da consciência ingênua para a consciência crítica vai depender de ambos educando e educador perceberem que coexistem culturas, em uma sociedade contraditória e competitiva.

Para Clovis o trabalho é conversar com o adolescente e chamar sua atenção para algo que precisa ser mudado.

Clóvis: *No momento eu to muito mais como educador social do que, como professor. Assim é um momento de conquista da quadra, porque até eles conseguirem entender que a quadra é um espaço mutuo, né. Então isso demora um tempo. Mas então é um **trabalho que se faz sempre com muita conversa, você senta, traz pra realidade, traz questionamentos de situações que pra eles é brincadeira e na realidade não é brincadeira, é muito é muito mais conversa de valores na realidade. Porque quando eles brincam na quadra eles tem já ideias***

de valores, porque o próprio jogo cobra que eles tenham regras, né. Só que tem algumas regras que eles acabam não seguindo, que são as regras sociais que é a regra que vai pra fora daqui (...)Eles tinham a regra deles aí é bem difícil construir outra regra pros adolescentes. Então tive que parar as atividades, e falei assim, bom o que vai atingir eles seria o futebol, aí fiquei um tempo observando e eu vi que a quadra fica vazia, das 17:30 até as 18:30h, a gente vê que a quadra fica bem vazia. E daí eu comecei com a escolinha de futebol e fui desconstruindo algumas imagens, que já vinha se desconstruindo na quadra e a questão da luta mesmo eles não iam entrar no ritmo, por mais que eu insistisse, porque só tinha eles fazendo, então era o mundo deles, é bem difícil quebrar assim, então pra não aprofundar mais, eu preferi sair dessa atividade, e talvez retome ela agora com outra perspectiva.

Clóvis pareceu dividir em dois momentos distintos a sua prática com os adolescentes. Primeiro como educador social, desempenhando atividades preparatórias para o contexto onde ele poderia de fato ser “professor”. Na sua fala percebemos que ele estava preparando os adolescentes para adotarem “um bom comportamento e regras” em quadra, para que depois ele pudesse ensiná-los a jogar. Como este educador construiu o entendimento de que adolescentes precisam de regras, (principalmente no que diz respeito a boas maneiras) e rotinas, assim vem orientando sua prática junto a eles.

Para atingir seu objetivo, o educador Clóvis se colocou em uma posição de mediador entre o adolescente e o contexto, a fim de produzir reflexão sobre suas atitudes. Neste sentido, também Canastra e Malheiro (2009), Silva (2009) e Souza e Muller (2009) entendem a figura do educador como mediadora no processo socioeducativo e esta mediação só possível por meio do diálogo, proporcionar ao adolescente momentos de reflexão sobre seus atos. Por isto, em consonância a Spink e Medrado (2013),

consideramos a linguagem uma prática social, assim como, para se compreender e construir novos sentidos é necessário sempre o confronto entre várias vozes. Ainda na visão dos autores “na visão construcionista, a produção de sentido se processa no contexto da ação social” (p.36). Tais produções se aliam mediando um processo criativo no que a pessoa traz para a situação apresentada.

Apesar de reconhecermos que o diálogo com os adolescentes é o caminho adequando para o estabelecimento do vínculo com os adolescentes e a possibilidade de aproximação das distintas realidades, a dos adolescentes e a do educador social. Neste sentido, nos chamou a atenção o repertório utilizado por Clóvis quando coloca “trazer o adolescente para a realidade”. Apesar de não dispormos de mais dados que esclareçam a qual realidade o educador pretendeu levar os adolescentes, gostaríamos de chamar a atenção para a importância de que a realidade do jovem também seja respeitada e valorizada, para que não se incorra na verticalização dos processos de socioeducação, como apontou Silva (2009).

José, por já ter passado por um projeto social e ter feito, a partir desta experiência sua escolha de vida, acredita que conseguir falar a mesma linguagem dos jovens é fundamental na sua prática.

José: *É eu acho assim, como é que eu posso dizer, da minha vida é, algumas experiências que eu já tive, como o fato de eu ter crescido na favela, na comunidade e muito próximo a questão de drogas e ao crime, acabei tendo experiências e fazendo com que toda a área que eu acabei tendo de formação e de prevenção, tentar se adaptar e transmitir pros meninos, quer dizer usar de malandragem, usar a mesma forma de rua, mas de uma forma de educação. Para que eles consigam me ouvir e consigam entender que eu também, eu tô na realidade deles, entendeu?*

Diferente do exposto por seus colegas, José usa a linguagem dos jovens como meio de estabelecer o diálogo, não buscando negar esta cultura particular, mas sim, desenvolver algo a partir dela. O educador entende que é importante para os adolescentes reconhecer na sua figura alguém próximo a eles. Assim tem comportamentos e roupas que remetem a realidade vivida pelo adolescente. José traz as dificuldades enfrentadas por ele por não ter graduação o que o leva a ter a intenção de voltar a estudar para formar-se em Pedagogia ou áreas afins. Em seu trabalho usa da dinâmica de grupo e oficinas de DJ com o objetivo de mudança na vida do adolescente atendido por ele. O educador social necessita ter entendimento sobre o trabalho que realiza e o local dos atendimentos. O conhecimento da política é imprescindível para a busca da garantia dos direitos (Souza & Müller, 2009).

No relato a seguir, José introduz uma crítica quanto a sua área de trabalho, apontando que a exigência ou maior valorização de educadores que obtiveram educação superior algumas vezes pode levar ao distanciamento entre educadores e adolescentes, na medida que houver maior distanciamento entre as realidades vivenciadas por adolescentes em situação de vulnerabilidade social e educadores.

José: *O pior do educador social é você não ter o teu espaço reconhecido. Vou dar um exemplo, você perguntou qual a minha formação, eu tenho só formação no ensino médio, o resto é tudo formação aleatória ou extra. Geralmente, o pessoal esquece o que o educador social é, e começa a valorizar graduação. Se você não é formado, sem graduação, é como se você não tivesse espaço, não tivesse essa voz, eu acho a pior parte do educador social isso, e sempre o educador social acaba sendo desvalorizado dessa forma, se ele não estudar acaba tendo essa separação na instituição que ele vai trabalhar. São poucas as instituições que acabam valorizando o educador social. E o melhor é daí é o reverso disso aí, é poder ter uma experiência de vida, e poder aplicar diretamente com público alvo,*

*entendeu? Procuro adaptar [as atividades] a realidade do público alvo. Espero que daqui a 4 ou 5 anos, aquela sementinha que eu plantei hoje, ela surte um efeito de mudança. Porque eu sei que **todo o trabalho do educador social não é chegar aqui, chegar numa comunidade e mudar a realidade de hoje pra amanhã, é gradual**, se você leva um ano 2 anos, mas o que você tá fazendo hoje vai surtir efeito daqui um tempo eu acho que a melhor parte é daqui 4 ou 5 anos você encontrar uma pessoa que você atendeu e ver que ela mudou a vida pra melhor.*

José desabafou que não se sente valorizado em algumas instituições que trabalha ou trabalhou, disse que esse fato tem relação com a valorização da graduação. O educador graduado recebe um tratamento diferente daquele que não tem pela instituição. Todavia o seu trabalho de educador, José relata que usa a dinâmica adaptada como subterfúgio na interação com o adolescente, dessa forma ele sabe que o seu trabalho é a longo prazo e que para ele, o trabalho do educador é fazer o plantio dessa semente para dar frutos futuros. O educador entende que uma vez vivendo em sociedade, o adolescente também está sujeito as suas regras e normas. Dessa forma o sentido que o educador entende, para justificar que o seu trabalho é mudar a vida do adolescente para melhor é que o adolescente vai se adaptar as normas sociais (trabalho, estudo, educação) e assim direciona sua prática. Sobre o assunto Natali e Paula (2008) compreendem que a formação do educador social não pode se restringir a formação universitária, pois ela não é garantia da efetividade no resultado do trabalho. As autoras entendem que a formação do profissional deve ser ampla abrangendo conhecimentos políticos e pedagógicos e o engajamento nas causas que envolvem a criança e ao adolescente.

No local José usa o hip hop para dar aulas em oficinas para os adolescentes. O educador através do hip hop procura levar para os adolescentes conhecimentos e formas de entender a dinâmica do mundo que o cerca por intermédio da música e dança. Assim a

música leva o sentido de construção e desconstrução social. José relatou que as experiências de vida auxiliaram no seu trabalho, o tempo vivido do educador com os conteúdos históricos que ressignificam a sua socialização junto ao que vai aplicar ao adolescente e ressignificam as atividades que ele realiza no seu tempo atual. O educador entende a importância de conhecer e valorizar o que o adolescente é, seu momento e respeitá-lo nas suas escolhas, antes de qualquer atitude. Agindo dessa forma José consegue aproximar-se do adolescente e a interação acontece de forma assertiva. Ele usa artifícios que os próprios adolescentes usam para levar a eles educação, nesse caso, assume o sentido de levar conhecimento aos adolescentes e fazer com que eles tenham outros comportamentos e ideias.

Assim como os educadores já mencionados, Samuel usa a atividade de luta como meio de aproximação dos adolescentes, porém, diferente de José, parece não nutrir a mesma expectativa de que a atividade ofertada seria suficiente para lhes oferecer um novo caminho. Como discutido na categoria anterior, Samuel vinha desconstruindo a ideia inicial que possuía sobre os adolescentes atendidos, mas ainda se confrontava com perspectivas contraditórias, ou seja, entre a visão do adolescente constituído pelas relações sociais e uma visão mais essencialista, na qual alguns eram vistos como tendo a personalidade já formada.

Samuel: *A gente não tá aqui pra formar atletas, a luta é só pra você chegar nos alunos, aqui eu não tô procurando nenhum Anderson Silva, pelo contrário, é só uma maneira melhor de chegar nos adolescentes... Acho que principalmente no tratamento dos alunos, porque não dá pra tratar os alunos como eu trato por exemplo meus atletas, que eu posso ser mais rigoroso, eu posso gritar, as vezes até falar palavrão porque eles já são meus amigos há tempos, já sabem né. Agora aqui eu vou ser confrontado se eu chegar e falar como eu falo com o pessoal que*

*convive comigo, meu pessoal de treino, com certeza eu vou ser confrontado, e vão até falar que eu estou, sei lá...então, é bem diferente o tratamento, **tem que ser mais maleável, respirar, contar até 10 as vezes** (risos). Eu na verdade queria ter condição de poder melhorar, mas a **questão de material**, se eu pudesse arrumar material pra essa piazada treinar eu arrumava, mas não posso, e em questão de trabalho sabe, eu **queria...poder ajudar mais, ser o além**, como eu falei um trabalho portão pra fora, poder abranger mais, pudesse tipo, você chegar até tipo assim, **poder chegar nos pais, na família**, assim (...).*

No local de trabalho, sabe que pode ser confrontado pelo adolescente, dependendo da sua relação com ele e que necessita de muita paciência. Enfatiza as dificuldades materiais como um dos impedimentos para obter melhores resultados na sua modalidade.

Em se tratando do seu trabalho e das atividades desenvolvidas o educador reconhece que sua postura em relação ao trabalho mudou, por conta das suas experiências e interações sociais durante sua vida. Dessa forma ter entendimento em relação a isso pode ser importante para as atividades desenvolvidas pelos educadores.

Segundo Samuel no seu trabalho com os adolescentes, mesmo exercendo a mesma atividade que faz nas academias de ginástica, é dado um sentido diferente, pois como ele comentou, na instituição de atendimento o educador deve agir de forma a atingir seu objetivo, procurar fazer com que o adolescente aprenda, pois os adolescentes têm uma visão diferente de luta que os alunos de academia de Samuel. Dessa forma, o treino do educador mesmo sendo do mesmo jeito (em comparação ao treino de atletas em academias) no contexto de convivência com os adolescentes, se torna diferente. Para o educador, seus objetivos devem estar bem delineados para não dar margem a tarefas e atividades que não condizem com as metas a serem atingidas. Samuel argumenta sobre algumas estratégias que desenvolveu no trabalho com adolescentes e que direciona a

maleabilidade como uma grande aliada do seu trabalho como educador *“tem que ser mais maleável, respirar, contar até 10 as vezes (risos)”*.

Samuel entende a necessidade do trabalho com o adolescente possa alcançar ambientes além do centro de socioeducação, esse dado pode ter relação com a história de vida do educador, em que apresentava muitas dificuldades e disfunções familiares. Para ele o adolescente deve ser protegido além do ambiente do centro de socioeducação, então o lugar fora do local de atendimento ganha um sentido de perigo para o adolescente. É necessário esclarecer que o público atendido pelo educador mora em uma área considerada de risco social, nesse caso a palavra risco tem o significado de o adolescente e seu contexto estarem expostos a situações como tráfico de drogas, roubos, assassinatos, violência.

Outro fator que chama a atenção de Samuel é referente a estrutura do local que não oferece roupas apropriadas para o treino de suas atividades. Porém o educador chama para si a responsabilidade de no caso de poder comprar tais vestimentas para o adolescente, o que parece isentar o contexto e as relações em que este indivíduo está imerso. O que remete também para a experiência anterior do educador como participante de projetos sociais, nos quais ele provia o público atendido.

Nesse sentido Souza e Muller (2009) entendem que o a pessoa na sua prática social tem o dever de assumir um compromisso com seu contexto histórico e perceber que ao estar em interação com outras pessoas elas podem tornar-se profissionais que atuarão para transformações na sociedade. O conhecimento da sociedade e do mundo é imprescindível, no entanto sempre de forma crítica. Assim como o educador deve ter um conhecimento amplo filosófico, científico, psicológico, político e antropológico para ter o entendimento das comunicações das pessoas e dos seus contextos.

5.4 Conhecimento da legislação que dá sustentação ao trabalho do educador social

Esta categoria procurou identificar o conhecimento atribuído a legislação que permeia a prática do educador social como Medida Socioeducativa (MSE), Sinase e o ECA, os quais compõem os principais alicerces no que diz respeito ao atendimento do adolescente em vulnerabilidade social e/ou em cumprimento de medidas socioeducativas.

Os dados apontam que os educadores entrevistados demonstram pouco conhecimento em relação as MSE. Para Martina a MSE é uma determinação judicial, porém alega não haver pensado se concorda ou não com o sistema de medidas.

Martina: *O que eu entendo é, aconteceu algo que ele fez de errado é uma “determinação judicial...Eu nunca tinha pensado sobre isso..., então eu não tenho muita opinião a respeito.”*

Virgílio a entende como uma maneira de o adolescente aprender, por ser responsabilizado e sofrer sanções, uma espécie de punição.

Virgílio: *Se ele cometer determinada infração, ele vai ser **responsabilizado** e vai sofrer determinadas **sanções**, é ...em tese é uma espécie de **punição** ...não deixa de ser, mas eu acho que deveria ter um outro conceito, deveria ser mais didático, **eu por exemplo sou a favor da maioria penal**, por que eu com 16 anos tinha plena convicção, tanto de que eu tava votando, sabia das conseqüências que meu voto ia ter, e sabia discernir o certo e o errado, mas algumas questões, conceito racial, conceito histórico, tudo isso deve ser levado em conta, inclusive na hora da sentença, entendeu? mas isso não significa que o adolescente não saiba, pelo contrário **ele sabe muito bem**, pode ter certeza disso, eu entendo porque algumas pessoas também não...eu respeito quem não é a favor, **mas eu acho que redução não é necessária**, mas o que tem que mudar é o conceito da própria medida*

socioeducativa, entende? por exemplo se não tem a maioridade penal ainda, a forma como é empregada, a própria medida já é uma espécie de punição, então é muito relativo, acho que tem que ser revisto tudo na verdade, não só a questão da própria medida (...) por exemplo, vou dar um exemplo, **o adolescente abandonou a escola, com 16 anos**, vamos supor que reduza a maioridade, cai pra 16, o juiz pode chegar pra ele e falar: **Em um ano eu quero que você faça um supletivo e conclua o segundo grau**, por exemplo, ou eu quero que você **faça um curso profissionalizante**, isso sabe, explicar pra ele, essa é a melhor "punição", porque ai você não vai poder dizer que não teve oportunidade, (...) por exemplo, ou eu quero que você **faça um curso profissionalizante**.

Na opinião de Clóvis apareceu que são adolescentes que recebem punições, ele também relata não ter muito conhecimento sobre o tema.

Clóvis: *São meninos que teve punições pela lei ... eu não tenho muito conhecimento.*

Para José a MSE ocorre somente com os adolescentes que estão privados de liberdade.

José: *Infelizmente hoje é visto só na área dos meninos que estão privados de liberdade.*

Para Samuel, o significado de MSE é não poder prender o adolescente, o educador é defensor da redução da maioridade penal e defende que deve haver esse tipo de punição em situações mais graves, como morte ou estupro.

Samuel: *É diferente um adolescente brigar na rua e receber isso, e tem adolescente que mata, que estupra e faz isso, eu particularmente sou a favor da...da redução, e eu sou...claro não pra qualquer coisa, mais pra crimes mais pesados, eu sou a favor.*

Em relação ao Sinase três dos educadores entrevistados responderam não conhecer (Martina, Virgílio e Samuel). Enquanto Clóvis alega ter começado a ler no ano em que a entrevista foi realizada e José já ouvira falar do mesmo, mas até o momento da entrevista, ainda não tinha lido.

Em se tratando do ECA, todos os entrevistados reconheceram a importância do mesmo no atendimento do adolescente. Os repertórios verbais utilizados para descrevê-lo foram, bíblia, Aurélio (menção ao dicionário), porto seguro, regras, direitos e deveres.

Martina: *Praticamente a **bíblia** que a gente utiliza no nosso trabalho.*

Virgílio: *Eu estudei ele pra passar no concurso...é... eles tem de estar resguardados, eles tem os seus **direitos, seus deveres.***

Clóvis: *(...) o ECA diz que você tem **direitos**, mas você precisa saber que tem que estudar, **seguir as regras.***

José: *Ah é o nosso **Aurélio** né...é o **porto seguro** que a gente tem pra defender os direitos dos nossos adolescentes... e todo educador tem que **ter embaixo do braço.***

Samuel: *... agente tem que andar com isso ai **embaixo do braço**...tem que ser mais maleável, respirar, contar até 10 as vezes (risos).*

Das três legislações pesquisadas o ECA se destaca em relação a familiaridade dos educadores sociais. Disseram conhecer, utilizar em seu trabalho com o adolescente, porém a pesquisa não foi aprofundada, uma vez que fugiria do foco do tema do trabalho. Os educadores demonstraram ter conhecimento sobre o ECA e nos discursos o mencionam por meio de repertórios que denotam sua valorização. Porém, aparecem incongruências em relação ao seu uso, por exemplo, mesmo educador (Virgílio) que relata a importância dos direitos dos adolescentes serem resguardados, aponta ser favorável à redução da maioria penal. Aliás, dois dos educadores (Samuel e Virgílio) relataram serem favoráveis a maioria penal. Contraditoriamente, eleger o adolescente como o único

responsável pela sua história leva-o a não dar importância ao contexto que envolve o adolescente. O educador ao alegar que anda com o ECA embaixo do braço (dada a importância desse instrumento) porém relata ser favorável a redução da maioria penal, demonstrou não ter conhecimento dele (ECA) e ao mesmo tempo não ter entendimento das mudanças que tal legislação veio intermediar.

No que diz respeito as MSE alguns educadores a apresentam como punição, medidas judiciais, também a entendem como medidas protetivas (ir a escola, cursos profissionalizantes) e que não haviam pensado sobre ou que não tem muito conhecimento em relação ao assunto. Dessa forma, os dados também apontam para o desconhecimento em relação ao Sinase, sendo que tais educadores atendem os adolescentes que estão cumprindo ou podem vir a cumprir medidas socioeducativas dada ao seu contexto de vulnerabilidade social. Entendemos que o Estado ao eleger uma pessoa para o trabalho de educador social, não o está respaldando com informações e profissionalização. Assim, o órgão que o contrata, deveria se responsabilizar pela preparação para o trabalho a ser realizado e a qualidade do mesmo para que o atendimento deste público deixe de representar apenas números para justificar à sociedade. O conhecimento do educador deve ser diferenciado do senso comum, pois parece repetir o discurso imposto pelo contexto discriminatório. O que denota a importância dos cursos profissionalizantes e de sensibilização que o educador deve ter para atender o adolescente.

Tais dados podem ter relação com o tempo de existência de cada instrumento, no caso do ECA surge nos anos 90, trazendo uma pequena parte sobre as MSE, anos mais tarde, em 2012, é que vai ser inserido o Sinase especificando as medidas.

Porém, é importante destacar que o educador ingressa no atendimento do adolescente que pode estar ou não em cumprimento de MSE, sem o devido conhecimento e entendimento da legislação que envolve o trabalho como educador. Entendemos que os

educadores entrevistados trazem reflexões sobre a profissão e a vontade de atuar de forma positiva. No entanto, pela falta de conhecimento e sensibilização, acabam usando de artifícios que podem não estar totalmente afinados com a proposta do Sinase levando-os a reproduzir conhecimentos construídos em outros contextos sociais que divergem da proposta adotada pelo sistema de socioeducação. Este aspecto também foi discutido por Silva (2009), ao buscar entender a construção da identidade do educador social na sua prática cotidiana, apontando que em um primeiro momento, o educador social tem a indignação como motivação para desenvolver um trabalho transformador, porém não a sustenta e adota um discurso semelhante ao da população que ele atende. A Organização das Nações Unidas (ONUBR, 2015) entende como as leis e as políticas públicas devem favorecer o fortalecimento da trajetória dos jovens, para tanto é necessário que tenham um ambiente harmonioso e favorável para a construção dos projetos de vida, para de uma forma segura cheguem a idade adulta.

6 Considerações Finais

O trabalho teve como objetivo tecer uma análise das práticas discursivas de educadores sociais junto a adolescentes em situação de vulnerabilidade social e/ou em cumprimento de medidas socioeducativas. Por entender que este profissional é um mediador entre o adolescente, a equipe e a sociedade, sendo o profissional que mais acesso e vínculo demonstra com o adolescente.

Os resultados mostram que o educador social entrevistado encontra na estabilidade proporcionada por um emprego público, o interesse em atuar como professor, ter identificação no trabalho com adolescentes e ter familiaridade com o tema, os principais motivos para a escolha profissional.

Os significados sobre a adolescência e o adolescente atendido denotaram que alguns educadores iniciaram o trabalho junto aos adolescentes com uma visão estereotipada do público atendido, mas o contato com os jovens proporcionou a revisão nesta postura no sentido de uma compreensão do adolescente como em constante inter-relação com o meio e em processo de desenvolvimento. Alguns porém, ainda denotaram o tensionamento entre as diferentes compreensões do adolescente como produto do contexto ou pessoa de má índole. Este dado aponta para a necessidade de espaços de discussão entre os educadores para que estes aspectos possam ser discutidos e alinhos à perspectiva da socioeducação.

A maneira como este educador entende o adolescente e se posiciona frente a ele, reflete no manejo e na forma de trabalhar com o público. O educador aponta a importância de o adolescente colocar-se no processo assumindo responsabilidades, para tanto é necessário ter o entendimento que na relação todos são responsáveis. O sentido dado para o trabalho com o adolescente é que este se integre as normas da sociedade (trabalho, estudo, educação). O educador entende a necessidade do trabalho desenvolvido na instituição de atendimento chegar a comunidade do adolescente, todavia os materiais que faltam no local de trabalho são vistos pelo educador como de sua responsabilidade o que determina a falta de clareza do seu papel e do local de trabalho e suas respectivas responsabilidades. O educador gosta do seu trabalho o qual é entendido como uma escola, flexível, com atividades rápidas, a longo prazo, paciência e o diálogo são poderosas “armas usadas”, algumas atividades são direcionadas para o público masculino (escolinha de futebol). Parece faltar respaldo do contexto para os atendimentos, no caso o local onde foi realizada a entrevista ainda não possui um manual de orientações a ser seguido pelos educadores e sua equipe que conduza o trabalho do mesmo.

O educador tem pouco ou nenhum conhecimento sobre o Sinase e as Medidas socioeducativas. O ECA se destaca na fala deles como um instrumento de relevante importância, porém quando alegam que o adolescente deve ser o único responsabilizado pelos atos que venha a cometer, traz incongruência em relação a legislação e ao papel desse educador frente aos desafios apresentados.

Os dados reforçam a importância da figura do educador como alguém capaz de mediar o atendimento do adolescente, entretanto tal profissional deve ter um conhecimento da práxis, do contrário o trabalho não terá um efeito esperado. As informações podem auxiliar na construção do perfil das pessoas que escolhem a profissão e dar respaldo para a responsabilidade pela profissão com conhecimento para atuar na área. Dos educadores entrevistados nenhum deles ingressou no seu trabalho por meio da realização de cursos profissionalizantes que tratavam da área de atuação ou entendimento sobre o seu trabalho. Assim como, a falta de clareza do papel por ele desempenhado e o pouco conhecimento das leis que regem a função são fatores importantes no processo. O educador apesar de apreciar o trabalho em alguns momentos parece reproduzir os conceitos da sociedade sobre o processo em relação aos adolescentes em cumprimento de MSE, o que nos remete a retirar do contexto a responsabilidade pela vulnerabilidade social a que tal adolescente atendido foi ou é submetido.

A partir dos dados pode-se traçar um direcionamento para um treinamento do educador, levando em consideração especialmente a educação informal e não formal no processo do educador o que refletira no seu trabalho com o adolescente e sua equipe, a educação formal é importante e ao educador deve-se propiciar condições para o estudo e o trabalho. Outro fator importante é que as instituições onde atuam tais profissionais devem ter acesso aos conhecimentos e apontamentos dessa pesquisa, uma vez que a instituição faz parte do contexto e também é responsável pelo trabalho desenvolvido pelo educador.

O estudo encontrou limitações em relação ao acesso ao educador para a entrevista que na ocasião haviam sido demitidos por conta do encerramento do convênio entre prefeitura e empresa contratada (a maior parte dos educadores era terceirizada). No momento da aplicação, dois dos cinco educadores que não eram concursados estavam cumprindo aviso prévio no local. Apontando que os poucos profissionais atuantes, não tinham recebido o treinamento necessário para desempenhar a função. O que direciona para o descaso do poder público frente à população atendida.

Contudo sugerem-se novas pesquisas para entender qual a importância do educador para outros profissionais que compõe a equipe do local de trabalho. Assim como o perfil do profissional que atende os adolescentes e a importância do desenvolvimento de material para o treinamento e conhecimento do profissional educador social, mostrando dados para que a pessoa antes de ingressar na profissão possa decidir com conhecimento teórico e prático (por meio de estágios) se tem o perfil ou não para atuar enquanto educador.

Não tivemos com esse trabalho a intenção de esgotar todas as informações que permeiam o assunto e sim trazer reflexões para que o trabalho deste profissional seja entendido pela sociedade e por ele principalmente. Sugere-se um aprofundamento do que o profissional busca com o seu trabalho, o que ele pensa das leis que o integram e em especial o que o Estado e a sociedade pensam sobre o seu trabalho, pois se o educador não tem o conhecimento necessário sobre as legislações e cursos que proporcionariam uma melhora nos atendimentos e as políticas públicas não proporcionam mecanismos para a mudança do quadro, parece que o Estado está buscando um “número” de pessoas para mostrar a sociedade que está mais uma vez cumprindo o seu papel, assim como ocorreu nos códigos civis, dos códigos de menores, nas medidas socioeducativas e a possibilidade do retrocesso da redução da maioria penal.

Referências

- Albrecht, P. A. T., & Krawulski, E. (2011). Concurseiros e a busca por um emprego estável: reflexões sobre os motivos de ingresso no serviço público. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 14(2), 211-226.
- Araujo, J., & Luvizotto, C. K. (2012). Educação não formal: a importância do educador social na construção de saberes para a vida em coletividade. *Colloquium Humanarum*, Presidente Prudente, 9(2), 73-78.
- Baptista, I. (2012). Ética e educação social: interpelações de contemporaneidade. *Pedagogia Social. Revista interuniversitária*, (19), 37-49.
- Bertol, Carolina Esmanhoto e Souza, Mériti de. Transgressões e adolescência:: individualismo, autonomia e representações identitárias. *Psicol. cienc. prof.* [online]. 2010, vol.30, n.4, pp. 824-839. ISSN 1414-9893.
- Bombardi, V. M. (2008). *A rebelião do dia-a-dia: uma leitura sobre adolescentes autores de atos infracionais* (Dissertação de mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- CEInfo da S. M. da S. de S. P. (2015). O Boletim é uma publicação eletrônica da Coordenação de Epidemiologia e Informação - Autores: Albuquerque, Denise Machado Barbuscia. Conselho editorial: Tatiana Gabriela Brassea Galleguillos, Breno Souza de Aguiar, Eneida Ramos Vico, Josane Cavalheiro, Leny Kimie Yamashiro Oshiro, Margarida M T A Lira e Michel Naffah Filho. Colaboração: Breno Souza de Aguiar, Marcelo Antunes Failla, Marcos Drumond Jr, Patrícia Carla dos Santos. Projeto gráfico e editoração: Cristina R. Guedes e Milaine Aragão de Almeida. Contato: sinasc@prefeitura.sp.gov.br. É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.
- Brasil, Rebeca Ferreira. (2004). O “novo” código civil e a sociedade. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, VII, n. 17, maio. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=3625>. Acesso em nov 2015.
- Caldeira, Anna M. Salgueiro. 2000). Resignificando a avaliação escolar. In: _____. Comissão Permanente de Avaliação Institucional: UFMG-PAIUB. Belo Horizonte: PROGRAD/UFMG., p. 122-129 (Cadernos de Avaliação, 3).
- Canastra, F. M., & Malheiro, M. (2009). O papel do educador social no quadro das novas mediações socioeducativas. In *X Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia*. Braga: Universidade do Minho.
- Cella, S. M., & Camargo, D. M. P. (2009). Trabalho pedagógico com adolescentes em conflito com a lei: feições da exclusão/inclusão. *Educ. Soc.*, 30(106), 281-299.

- Cenci, C. M. B., Teixeira, J. F., & Oliveira, L. R. F. (2014). Lealdades invisíveis: coparticipação da família no ato infracional. *Pensando fam.*, 18(1), 35-44.
- Cossetin, Márcia. (2012). Socioeducação no Estado do Paraná: os sentidos de um enunciado necessário. / Márcia Cossetin.— Cascavel, PR: UNIOESTE. 190 f. ; 30 cm Orientadora: Profa. Dra. Ivete Janice de Oliveira Brotto Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná.
- Costa Ana Paula Motta. (2012). Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade, adolescência brasileira e o contexto de vulnerabilidade à violência. (6): 123-161 123.
- Constituição da República Federativa do Brasil*. (1988, 5 de outubro). Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm
- Costa, C. R. B. S. F. (2005). É possível construir novos caminhos? Da necessidade de ampliação do olhar na busca de experiências bem-sucedidas no contexto socioeducativo. *Estudo e Pesquisa em Psicologia*, 5(2), 79-95.
- Costa, C. R. B. S. F., & Assis, S. G. de. (2006). Fatores protetivos a adolescentes em conflito com a lei no contexto socioeducativo. *Psicol. Soc.* 18(3), 74-81.
- Costa, R. P., & Alapanian, S. (2013). O trabalho do educador social na socioeducação. In *VI jornada internacional de políticas públicas*. Recuperado de <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo9-poderviolenciaepoliticaspUBLICAS/otrabalhodoeducadorsocialnasocioeducacao.pdf>
- Coutinho, M. C., Diogo, M. F., & Joaquim, E. P. (2008). Sentidos do trabalho e saber tácito: estudo de caso em universidade pública. *Psic*, 9(1), 99-108.
- Craidy, C. M., & Gonçalves, L. L. (2005). *Medidas sócio-educativas: da repressão à educação*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Digiácomo, Murillo José. (2013) Estatuto da criança e do adolescente anotado e interpretado / Murillo José Digiácomo e Ildeara Amorim Digiácomo.- Curitiba .. Ministério Público do Estado do Paraná. Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente. 6ª Edição. 1. Direitos da criança - legislação - Brasil 2. Direitos da criança - jurisprudência - Brasil I. Digiácomo, Ildeara Amorim CDU 347.63(81)(094.46).
- Espíndula, D. H. P., & Santos, M. F. S. (2004). Representações sobre a adolescência a partir da ótica dos educadores sociais de adolescentes em conflito com a lei. *Psicol. estud.*, 9(3), 357-367.
- Gallo, A. E., & Williams, L. C. A. (2005). Adolescentes em conflito com a lei: uma revisão dos fatores de risco para a conduta infracional. *Psicologia: Teoria e Prática*, 7(1), 81-95.
- Garcia, Mariana Ferreira. (2009). A constituição histórica dos direitos da criança e do adolescente: do abrigo ao acolhimento institucional. Universidade federal de Santa Catarina centro socioeconômico departamento de serviço social. Florianópolis

- Garrido, N. C. (2012). Educador social: diferentes campos de atuação, formação e reconhecimento profissional. In *Congresso Internacional de Pedagogia Social*. Recuperado de http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000092012000200015&lng=en&nrm=iso&tlng=pt
- Gergen, K. J., & Gergen, M. (2010). *O construcionismo social: um convite ao diálogo*. Rio de Janeiro: Instituto Noos.
- Glitz, Frederico Eduardo Zenedin. (2003). Breves apontamentos sobre o direito contratual na Lei 10.406/2002. *Jurisprudência Brasileira*, v. 200, p. 79-100.-See more at: http://www.fredericoglitz.adv.br/biblioteca_detalhe/50/breves-apontamentos-sobre-o-direito-contratual-na-lei-10406-2002--codigo-civil-2002-#sthash.8vLOJZl0.dpuf
- Gonçalves, M. G. M. (2010). *Psicologia, subjetividades e políticas públicas*. São Paulo: Cortez.
- Heinsius A. M. (2004). A construção da identidade na adolescência. In *Adolescência: uma visão de temas na sociedade contemporânea/ Org. Silveira H. da., & Palieraqui, R. E.* B.Rio de Janeiro. Atlanta.
- Lazzarotto, G. D. R. (2014). Medidas socioeducativas: cartas ao reinado do saber. *Psicologia em Estudo*, 19(3), 503-514.
- Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. (1990, 16 de julho). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*.
- Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. (2012, 19 de janeiro). Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. *Diário Oficial da União*.
- Manso, A., & Almeida, A. T. (2009). Um discurso a duas vozes: potencialidades de um estudo interpretativo sobre lei e institucionalização. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 22(3), 455-465.
- Marques, M. (2012). Educador social: trabalhador docente? In *4º Congresso Internacional de Pedagogia Social*. São Paulo: CIPS.
- Moraes, P. R.B.de., & Pescarolo, J. K. (2009). Quem tem medo dos jovens? In *Caopcae-área da criança e do adolescente. ministério Publico do Estado do Paraná – MPPR*.
- Morgado, Alice Murteira; DIAS, Maria da Luz Vale e PAIXAO, Maria Paula. (2013). O desenvolvimento da socialização e o papel da família. *Aná. Psicológica[online].*, vol.31, n.2, pp.129-144. ISSN 0870-8231.

- Oliveira, M. B., & Rosa, E. M. (2010). Juventude, violência e alteridade. *Temas em Psicologia*, 18(3), 123-146.
- ONUBR Nações Unidas do Brasil (2015). Adolescência, juventude e redução da maioridade penal. Brasília, junho. Justiça e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. – Brasília: Presidência da República.
- Pacheco, J. T. B., & Hutz, C. S. (2009). Variáveis familiares predictoras do comportamento anti-social em adolescentes autores de atos infracionais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 25(2), 213-219.
- Paes, Janiere Portela Leite. (2013). O código de menores e o Estatuto da Criança e do adolescente: avanços e retrocessos.
- Pratta Elisângela Maria Machado; Santos Manoel Antônio dos. (2007). Família e adolescência: a influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros # Psicologia em Estudo, Maringá, v. 12, n. 2, p. 247-256, maio/ago.
- Paschoal, Sandra Regina Remondi Introcaso. (2010). A evolução histórica da principiologia dos códigos civis brasileiros e suas repercussões na teoria da responsabilidade civil. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIII, n. 75, abr. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7300>. Acesso em mar 2016.
- Penso, M. A., & Costa, L. F. (2008). *A transmissão geracional em diferentes contextos*. São Paulo: Summus.
- Pescarolo, J. K., Fernandez, S., Araújo, A. C., & Viana, M. A. (2008). *A violência e suas complexidades: reflexões e contribuições possíveis a partir do trabalho com profissionais da educação; projeto@naoviolenca.org.br*.
- Rasera, E. F., & Japur, M. (2005). Os sentidos da construção social: o convite construcionista para a psicologia. *Paidéia*, 15(30), 21-29.
- Rego, T. C. (1999). *Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Resolução Conanda nº 119, de 11 de dezembro de 2006 (2006, 12 de dezembro de 2006). Dispõe sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e dá outras providências. *Diário Oficial da União*.
- Ribeiro, L. C. de S. (2009). As duas facetas da globalização: progresso e desigualdades sociais diálogo e interação volume 1 - ISSN 2175-3687 <<http://www.facrei.edu.br/dialogoeinteracao>>. (ufba).

- Ribeiro, L. M., & Rasera, E. F. (2008). Os idosos e o uso de próteses auditivas: identificando os repertórios interpretativos que justificam essa decisão. *Psicologia & Sociedade*, 20(3), 417-424.
- Rodrigues M. M., & Medonça A. (2003). Algumas reflexões acerca da socioeducação. Publicado na Revista Jurisprudência Brasileira, nº 200, p. 79-100. Centro de Apoio Operacional às Promotorias da Criança e do Adolescente do Paraná.
- Santos, W. L., & Silva, M. A. (2011). O educador social: uma função socioeducativa ou de segurança? *Serv. Soc. Rev.*, 14(1), 102-123.
- Secretaria Especial dos Direitos Humanos. (2012). *Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – Sinase*. Brasília: Conanda.
- Secretaria Especial dos Direitos Humanos. (2013). *Plano nacional de atendimento socioeducativo: diretrizes e eixos operativos para o Sinase*. Brasília: SDH/PR.
- Secretaria Especial dos Direitos Humanos. (2014). *Levantamento anual dos/as adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa - 2012*. Brasília: SDH/PR.
- Silva, Chris Giselle Pegas Pereira da. (2007). Código Mello Mattos: um olhar sobre a assistência e a proteção aos “menores” Mestranda em Serviço Social e Especialista em Atendimento a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Doméstica pela PUC-RJ. Assistente Social do Conselho Tutelar de Jacarepaguá e Barra da Tijuca. Engenheira elétrica formada pela UERJ.
- Silva, G. H. (2009). Educador social: uma identidade a caminho da profissionalização? *Educ. Pesqui.*, 35(3), 479-493.
- Silva, Karina, Olinda da. (2010). Estudo do perfil do adolescente autor de ato infracional que recebeu a medida socioeducativa de liberdade assistida ou prestação de serviços à comunidade em Florianópolis nos anos de 1998, 2002 E 2010. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro sócio econômico departamento de serviço social. Florianópolis.
- Silva, Roberto da. (2001). A construção do Estatuto da Criança e do Adolescente. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, II, n. 6, ago. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=5554>. Acesso em nov 2015.
- Souza, C. R. T., & Müller, V. R. (2009). Educador social: conceitos fundamentais para sua formação. In *IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE, III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia* (pp. 3201-3214). Curitiba, Paraná.
- SDH-PR. (2013). Adolescentes autores de atos infracionais: estudos psicossociais.Org. Sônia M. G. de S.– Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2013.
- Spink, M. J. (2010). *Linguagem e produção de sentidos no cotidiano*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.

- Spink, M. J., & Frezza, R. M. (2013). Práticas discursivas e produção de sentido: a perspectiva da psicologia social. In M. J. Spink (Org.), *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas* (pp. 1-21). São Paulo: Cortez.
- Schram, Sandra Cristina. Carvalho, Marco Antonio Batista. (2003). O pensar educação em Paulo Freire: Para uma Pedagogia de mudanças. Professora Pedagoga da Rede Pública Estadual/Núcleo Regional de Educação/Cascavel/PR. Professora do Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE /SEED/IES – PR. Especialista em Alfabetização; Didática: Fundamentos teóricos da Prática Pedagógica; Administração, Supervisão e Orientação Educacional; Educação Especial; Psicopedagogia. sandraschram@hotmail.com * *Professor Orientador do PDE e Docente do Curso de Pedagogia da UNIOESTE/CASCADEL/PR. Mestre em Educação. marcoab_carvalho@yahoo.com.br
- Teixeira, J. F., Oliveira, L. R. F. (2014). Lealdades invisíveis: coparticipação da família no ato infracional. *Pensando Famílias*, 18(1), 35-44.
- Trentin, A. C. (2011). *Adolescentes em conflito com a lei e a família: um estudo interdisciplinar* (Dissertação de mestrado). Faculdade de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Veronse, J. R. P., & Lima, F. S. (2009). O sistema nacional de atendimento socioeducativo (Sinase): breves considerações. *Rev. Bras. de adolescência e conflitualidade*, 1(1), 29-46.
- Viegas, Cláudia Mara de Almeida Rabelo; Rabelo, Cesar Leandro de Almeida. (2011). Principais considerações sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIV, n. 94, nov. Disponível em: <http://ambito-juridico.com.br/site/?artigo_id=10593&n_link=revista_artigos_leitura>. Acesso em nov 2015.
- Waiselfisz. J. J., (2015). Mapa da violência 2015: Mortes matadas por armas de fogo. Secretaria-Geral da Presidência da República Secretaria Nacional de Juventude Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

ANEXO A – AUTORIZAÇÃO COMITÊ DE ÉTICA

SOCIEDADE EVANGÉLICA
BENEFICENTE DE CURITIBA -
PR



COMPROVANTE DE ENVIO DO PROJETO

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Visão de educadores sociais quanto ao seu papel junto a adolescentes que cumprem medidas socioeducativas

Pesquisador: Andréia Aparecida da Mata

Versão: 1

CAAE: 36837814.3.0000.0103

Instituição Proponente: SOCIEDADE CIVIL EDUCACIONAL TUIUTI LIMITADA

DADOS DO COMPROVANTE

Número do Comprovante: 086735/2014

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

Informamos que o projeto Visão de educadores sociais quanto ao seu papel junto a adolescentes que cumprem medidas socioeducativas que tem como pesquisador responsável Andréia Aparecida da Mata, foi recebido para análise ética no CEP Sociedade Evangélica Beneficente de Curitiba - PR em 30/09/2014 às 10:36.

Endereço: Rua Padre Anchieta, 2770
Bairro: Bigorrinho **Município:** CURITIBA **CEP:** 80.730-000
UF: PR **Telefone:** (41)3240-5570 **Fax:** (41)3240-5584 **E-mail:** comite.etica@repar.edu.br

ANEXO B – CARTA PARA SOLICITAR PERMISSÃO PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA

Assunto: A realização da Pesquisa com Educadores Sociais no Centro da Juventude
Vereador Oriles Alves de Faria

Prezada Coordenadora,

Vimos por meio desta solicitar permissão para realizar a pesquisa intitulada “**Visão de educadores sociais quanto ao seu papel junto a adolescentes que cumprem medida sócio educativas**”, que tem por objetivo “identificar a visão do educador social quanto a seu papel junto a adolescentes que cumprem medida sócio educativas”.

A responsável pela pesquisa é a aluna Andréia Aparecida da Mata do Mestrado em Psicologia Social Comunitária da Universidade Tuiuti do Paraná localizada a Rua Sydnei Antônio Rangel, 238 Bairro Santo Inácio Curitiba Pr. e sua orientadora Ana Claudia Wandenbroocke.

Para a realização da pesquisa será necessário após a aprovação desse projeto no Comitê de Ética, e autorização da instituição, serão selecionados os profissionais que estão exercendo atividade na função de educador social, os quais serão convidados a participar da entrevista, após ser explicado individualmente do que se tratará a mesma. Em seguida a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, os educadores sociais serão entrevistados individualmente. A entrevista ocorrerá na própria sede de trabalho desses profissionais, no dia em que estes estiverem desenvolvendo as suas atividades dentro do Centro da Juventude. Entrevista semiestruturada guiada por um roteiro de perguntas, que abordará as seguintes temáticas: atividades desenvolvidas pelo educador; acesso à legislação pertinente; significados associados aos adolescentes em conflito com a lei e medidas sócio educativas.

Após a conclusão da pesquisa nos comprometemos a informar para a Instituição os resultados obtidos e garantimos o total sigilo no que se refere a manter em anonimato os nomes e identidades dos participantes.

Agradecemos sua valiosa colaboração, sem a qual não seria possível a realização da pesquisa.

"Declaro ter lido e concordar com o parecer ético emitido pelo CEP da instituição proponente, conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 466/12. Esta instituição está ciente de sua corresponsabilidade como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar".

Assinatura do responsável pela instituição (RG)

ANEXO C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar de um estudo que tem por objetivo identificar a visão do educador social quanto a seu papel junto a adolescentes que cumprem medida sócio educativa, de autoria de Andréia Aparecida da Mata. Este programa foi idealizado para verificar o papel e importância do Educador Social em seu trabalho junto as medidas sócio educativas. O Programa consta de 1 entrevista individual de 1 hora, em média, para cada educador social, e será realizada 3 entrevistas a cada semana. Será aplicada uma entrevista semiestruturada guiada por um roteiro de perguntas (anexo), que abordará as seguintes temáticas: atividades desenvolvidas pelo educador; acesso à legislação pertinente; significados associados aos adolescentes em conflito com a lei e medidas sócio educativas, para verificar como o Educador Social versa em relação ao seu trabalho dentro das medidas sócio educativas, os dados serão coletados pela própria pesquisadora (Andréia Aparecida da Mata).

A aluna Andréia Aparecida da Mata, responsável pela pesquisa, é aluna de Mestrado do Curso de Psicologia Social Comunitária da Universidade Tuiuti do Paraná e poderá ser encontrada no telefone (41) 9211-6460. Para podermos realizar a Pesquisa “Visão de educadores sociais quanto ao seu papel junto a adolescentes que cumprem medida socioeducativas”, precisamos de sua colaboração autorizando a coleta de dados na Instituição citada acima.

Você poderá interromper a sua participação na pesquisa a qualquer momento, sem que isto lhe acarrete qualquer tipo de prejuízo. Sua participação é voluntária e sem qualquer despesa.

Garantimos o total sigilo aos dados aqui obtidos assegurando que o tratamento dos mesmos será realizado dentro dos princípios éticos que regem os procedimentos em pesquisa. Qualquer publicação, tanto oral como escrita, informará o apoio recebido do Centro da Juventude.

Antecipadamente agradecemos a sua valorosa colaboração que contribuirá para o desenvolvimento do conhecimento nesta área e sem a qual este estudo não poderia ser realizado

Eu, _____, autorizo a coleta de dados desta pesquisa e compreendo que poderei interromper a minha autorização a qualquer momento.

Curitiba, ____ de _____ de 2015.

Assinatura do participante

Pesquisadora Responsável

ANEXO D – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Dados sociodemográficos:

Nome:

Idade:

Sexo:

Escolaridade:

Religião:

1. Qual é a sua formação profissional?
2. Como foi seu primeiro contato com essa profissão?
3. Você escolheu ser um educador social?
4. Como você entende o período da adolescência?
5. O que fez você decidir ser um educador social que trabalha com adolescentes?
6. O que é para você ser um educador social?
7. Qual é a função do educador social?
8. Você já ouviu falar do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase)? O que você pensa sobre ele?
9. Você tem conhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)? O que ele representa no seu trabalho?
10. Você concorda com o sistema de medidas socioeducativas que o adolescente cumpre? Você mudaria algo se pudesse?
11. Como é o seu trabalho como educador social?
12. Você gosta de ser um educador social?
13. Você mudaria algo em relação à sua função?
14. O que contribuiria para uma melhora do seu trabalho?
15. Você pensa em continuar trabalhando como educador social? Por quê?
16. Você já pensou em ter outra profissão?
17. O que você traz da sua vida pessoal que você acaba aplicando aos adolescentes?